



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

MBA EM GESTÃO FINANCEIRA, CONTROLADORIA E AUDITORIA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

SUNAÓ LEONARDO KOGA

**Interpretação, Análise e Informação dos Demonstrativos Financeiros e das
Prestação de contas. Um Estudo de 2005 a 2009 da Empresa Positivo
Informática S.A.**

Uberlândia – Minas Gerais

2010



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

**Interpretação, Análise e Informação dos Demonstrativos Financeiros e das
Prestação de contas. Um Estudo de 2005 a 2009 da Empresa Positivo
Informática S.A.**

Por

Sunaó Leonardo Koga

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso
MBA em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria de Pós-Graduação *lato sensu*, Nível
de Especialização, do Programa FGV Management

Outubro/2010



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

Dedicatória

À Deus, que sempre esteve do meu lado, a minha esposa, aos amigos do Hemocentro Regional de Uberlândia, e a “vida”, pois venho percebendo a cada dia que esta é um desafio e um aprender e apreender constante, e que somente os que trabalham sua paciência, perseverança, dedicação, resiliência e fé ganharão o prêmio final: a evolução da alma.

RESUMO

As organizações estão tornando-se complexas em seus processos laborais, institucionais e de relação com o meio, a correta divulgação de informações para a conhecimento e consequente tomada de decisão tanto interna quanto externa passou a ser de extrema relevância. Diante disto, as Demonstrações Financeiras e a prestação de contas ganhou destaque na árdua tarefa de delinear a empresa para seus gestores e stakeholders. O presente trabalho busca demonstrar a importância da correta elaboração dentro dos preceitos e normas legais das Demonstrações Financeiras e de prestação de contas aos públicos interessados e de seu importante papel no auxílio da gestão e tomada de decisão.

Palavras Chave: Demonstrações Financeiras, Prestação de contas, tomada de decisão.



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

ABSTRACT

Organizations are becoming complex work processes, and institutional relationship with the environment, correct dissemination of information to knowledge and the consequent decision making both internally and externally has become extremely important. Given this, the financial statements and accountability gained prominence in the arduous task of outlining the company to its managers and stakeholders. This paper seeks to demonstrate the importance of adequate preparation within the rules and legal norms of financial statements and public accountability to stakeholders and their important role in aid management and decision making.

Keywords: Financial Statements, Accountability, decision-making.

LISTA DE SIMBOLOS E ABREVIATURAS

BM&F – Bolsa Mercantil de Futuros

BP – Balanço Patrimonial

CCL – Capital Circulante Líquido

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

DFC – Demonstração de Fluxo de caixa

DLPA – Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados

DMPL – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DOAR – Demonstração de Origens Aplicações de Recursos

DRE – Demonstração do Resultado do Exercício

DVA – Demonstração de Valor Agregado

IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil

IBX – Índice Bovespa de ações das 100 melhores empresas

IDC - International Data Corporation

IFRS - Normas Internacionais de Contabilidade

IGC – Índice de Governança Corporativa Diferenciada

INDX – Índice industrial de ações

IPO - Initial Public Offering - abertura do capital de uma empresa

ITAG – Índice de Tag Along

LCD – Líquido Cristal Display

LSA – Lei das Sociedades Anônimas

NPC – Norma de Pronunciamentos Contábeis

PA – Parecer da Auditoria



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E A PRESTAÇÃO DE CONTAS	15
1.1. Os Relatórios Obrigatórios	16
1.1.1. Balanço Patrimonial – BP	16
1.1.2. Demonstração do Resultado do Exercício – DRE	17
1.1.3. Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados –DLPA	18
1.1.4. Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR	18
1.1.5. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL	19
1.1.6. Notas Explicativas	20
1.1.7. Relatório da Diretoria ou da Administração	21
1.1.8. Parecer dos Auditores	22
1.2. Os relatórios não Obrigatórios	23
1.2.1. Demonstração de Fluxo de Caixa – DFC	23
1.2.2. Demonstração de Valor Adicionado – DVA	24
1.2.3. Parecer do Conselho Fiscal	25
1.3. As alterações introduzidas pela lei 11638/07 e Medida provisória n 449/08	25
1.3.1. Balanço Patrimonial	25
1.3.2. Demonstração do Resultado do Exercício	26
1.3.3. O conceito de operacional não operacional	27
1.3.4. Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA)	27
1.3.5. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)	28
1.3.6. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)	28



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

1.3.7. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	29
1.3.8. Notas Explicativas	29
1.3.9. Parecer dos auditores Independentes	30
2. HISTORICO E EVOLUÇÃO DA POSITIVO INFORMÁTICA S.A.	31
RESULTADO	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS	36
ANEXO A – RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2009	38
ANEXO B – PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES	46
ANEXO C – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DETALHADAS	47



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS
INTRODUÇÃO

A sobrevivência das organizações no contexto atual é cada vez mais laboriosa, diante disto, as organizações para evitar a entropia, necessitam constantemente de realinhamento de suas ações estratégicas, este constante enquadramento é subsidiado pelas informações mercadológicas, econômicas e financeiras que vão alicerçar a tomada de decisão estratégica.

Em especial, os gestores valem-se dos relatórios contábeis ou demonstrações contábeis ou ainda demonstrações financeiras como convencionado pela legislação societária e fiscal, para auxiliarem no processo decisório, estas informações trazem dados econômico-financeiros importantes da organização sintetizando-os aos interessados internos e externos.

Temos que as demonstrações financeiras e a respectiva prestação de contas evidenciam a alocação dos recursos patrimoniais econômico-financeiros em um determinado espaço temporal, assim, uma especial atenção quanto a sua elaboração e disposição aos públicos interessados é fundamental.

O questionamento central deste trabalho é: Será que as empresas de capital aberto através de suas demonstrações financeiras e prestação de contas conseguem demonstrar o valor e aplicabilidade destas ferramentas dentro dos parâmetros legais e normativos aos players internos e externos?

Para responder este problema foram utilizadas as informações das demonstrações financeiras e de prestação de contas da empresa Positivo Informática S.A. listada no mercado de ações como referencial, por com seguinte surgiu a seguinte hipótese de que a referida empresa atende plenamente aos dispositivos legais, normativos e instrucionais gerando valor e aplicabilidade.

Deste modo, o objetivo geral deste trabalho é demonstrar através da interpretação, análise e informação das demonstrações financeiras e prestação de contas da empresa Positivo Informática S.A., se, esta postula os princípios contábeis bem como as determinações da lei



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

6.404 de dezembro de 1976, instruções da Comissão de Valores Mobiliários- CVM e normas de postulados contábeis pertinentes gerando valor e aplicabilidade.

Os objetivos específicos compreendem levantar material teórico inclusive leis, decretos e instruções pertinentes às demonstrações financeiras e prestação de contas, bem como explicar e analisar as mesmas a luz dos conceitos relacionados, ao mesmo tempo demonstrando seu valor e sua efetividade correlacionando com as informações disponíveis da referida empresa.

As demonstrações financeiras e a prestação de contas quando corretamente evidenciadas e analisadas auxiliarão na vantagem competitiva à organização que as elaboram, além de demonstrarem aos públicos interessados a retrospectiva e as possibilidades estruturais e conjunturais da gestão da organização ou de um empreendimento.

A presente pesquisa visa demonstrar a importância da correta elaboração das demonstrações financeiras e da prestação de contas como geradoras de informações com valor e aplicabilidade no âmbito legal e institucional.

Para a Instituição Positivo Informática S.A a pesquisa apresenta considerável relevância, pois ao correlacionarmos suas demonstrações financeiras e de prestação de contas dentro dos dispositivos legais e normativos correlacionados vigentes demonstraremos que a mesma consegue gerar valor e aplicabilidade aos públicos interessados.

Para Ciência visa demonstrar que a lei 6.404 de dezembro de 1976, as resoluções, os conceitos e postulados criados e ou reformulados elencados as demonstrações financeiras e a prestação de contas são geradores de valor e aplicabilidade coerente para os fins que foram elaborados.

Para a Sociedade, demonstra a efetividade das demonstrações bem como o nível de transparência da empresa com seus stakeholders (a comunidade, outras áreas da empresa, concorrentes, fornecedores, investidores e acionistas, governo, as famílias).

Assim sendo, com o intuito de atender ao nosso objetivo geral procedemos inicialmente a uma pesquisa de cunho bibliográfica, ao mesmo tempo em que iniciamos a pesquisa exploratória e



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

documental através dos relatórios das demonstrações financeiras e de prestação de contas da empresa Positivo Informática S.A. dentro do período compreendido de 2005 à 2009.

O trabalho está esboçado em 3 capítulos assim distribuídos: o primeiro capítulo compreende a revisão da literatura, das leis, normativas, resoluções e conceitos pertinentes às demonstrações financeiras e prestação de contas, o segundo capítulo é apresentado a História e evolução da empresa Positivo Informática S.A. já auferidos dentro do contexto, no terceiro capítulo temos os resultados confrontados à luz da literatura, leis, normativas e ou resoluções e, finalizando é delineado a conclusão e considerações finais bem como as referências e anexos que fundamentaram o estudo.



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

1. AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E A PRESTAÇÃO DE CONTAS

As demonstrações financeiras e a prestação de contas balizam o patrimônio e os recursos econômico-financeiros de uma organização, propiciando informações valiosas para a tomada de decisão organizacional além do município à sociedade interessada do posicionamento da empresa dentro do macro sistema, como dito no capítulo anterior, não obstante sua correta evidenciação faz-se necessária.

O decreto 3.708 de 1919 foi criado para as sociedades limitadas e a Lei das Sociedades por Ações 6.404 de dezembro de 1976 para as sociedades anônimas. Importante ressaltar que “[...] no texto da lei, as demonstrações contábeis são denominadas “demonstrações financeiras”, pois foi feita uma tradução literal da expressão inglesa *financial statements*” (PEREZ JUNIOR E BEGALLI, 2002, p.127).

Marion (2000) relata ainda que os informes financeiros são dispostos em dois tipos de relatórios, os obrigatórios e os não obrigatórios. Os obrigatórios são demonstrados no artigo 176 da lei 6.404 de dezembro de 1976:

Art. 176. Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

- I - balanço patrimonial;
- II - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;
- III - demonstração do resultado do exercício; e
- IV – demonstração das origens e demonstrações de recursos.

(BRASIL, 1976)

Temos ainda, elucida Coutinho et al (2008), para a complementação às demonstrações financeiras as notas explicativas, os relatórios da diretoria ou administradores o parecer dos auditores e finalizando temos os relatórios não obrigatórios que compreendem, a demonstração dos fluxos de caixa –DFC e a demonstração do valor adicionado –DVA.

A seção 4º da lei 6.404 de dezembro de 1976 esclarece estas complementações ressaltando que “§ 4º-As demonstrações serão complementadas por nota explicativa e outros quadros



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

analíticos ou demonstrações contábeis necessários para o esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.” (BRASIL, 1976)

“A demonstração das mutações do patrimônio líquido – DMPL tornou-se obrigatória para as companhias abertas em 22 de dezembro de 1986 pela CVM através da instrução CVM nº 59” conforme relata Perez Junior e Begalli (2002, p.128).

1.1. Os Relatórios Obrigatórios

1.1.1. Balanço Patrimonial – BP

O balanço Patrimonial é fundamental seu uso está amplamente elencado aos usuários externos que dele precisam para ter conhecimento e entendimento das disposições dos recursos patrimoniais, econômico-financeiro de uma instituição em uma determinada data.

Marion (2000, p.43) corrobora, dizendo que “o BP é [...] muito usado pelos usuários externos à empresa: bancos, governo, fornecedores, sindicatos e até mesmo donos da empresa”.

O BP é composto de bens, direitos e obrigações dispostos resultando em um equilíbrio, Coutinho et al.(2008, p.49) reafirma ao esclarecer que “[...] o BP quer dizer apresentação dos bens, direitos e obrigações de uma forma equilibrada; portanto, a origem de recursos será igual às aplicações”

De fato, a lei 6.404 de dezembro de 1976 em seu artigo 178 determina: “Art. 178. No balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.” (BRASIL,1976)

Portanto e conforme Iudícibus, Martins e Gelbcke (2007, p.07) “a disposição das contas é importante, sua classificação no balanço uniformemente e ordenadamente propiciará aos usuários uma adequada análise e interpretação da situação patrimonial e financeira da empresa”.



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

1.1.2. Demonstração do resultado do exercício – DRE

Este é o segundo relatório em relevância e como o próprio nome diz demonstra o resultado do exercício, em outras palavras como se deu a contraposição de receitas frente às despesas em um determinado exercício social. Sua apresentação segundo Marion (2000) é de forma dedutiva, subtraindo das receitas às despesas indicando-se em seguida o resultado podendo ser lucro ou prejuízo.

Coutinho et al (2008) estabelece que a DRE na prática pode ser dividida em duas partes.

A primeira parte representa o esforço de obtenção do produto, terminando no valor do lucro bruto. [...]. A segunda parte demonstra os esforços de venda e administrativos que dão sustentabilidade à gestão da empresa, resultando no lucro operacional. (COUTINHO ET AL, 2008, P.61)

Assim temos que a lei 6.404 de dezembro de 1976 esclarece e determina que:

Art. 187. A demonstração do resultado do exercício discriminará:

- I - a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos;
- II - a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto;
- III - as despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais;
- IV - o lucro ou prejuízo operacional, as outras receitas e as outras despesas; [\(Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)
- V - o resultado do exercício antes do Imposto sobre a Renda e a provisão para o imposto;
- VI - as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa; [\(Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)
- VII - o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social (BRASIL, 1976)

Conforme conceituado e demonstrado no artigo acima Iudicibus, Martins e Gelbcke (2007, p.357) ressaltam ainda que “os princípios da realização da Receita e do confronto das Despesas aparecem no artigo da lei e vêm caracterizando o princípio da competência.”

1.1.3. Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados –DLPA

Este relatório tem uma ligação importante entre o BP e o DRE sendo o instrumento de integração, seu objetivo é demonstrar as transformações, alocações e distribuição do lucro e ou prejuízo da organização no período considerado.

Informam Iudícibus, Martins e Gelbeke (2007, p.403) que “[...] a referida demonstração é obrigatória para as limitadas e outros tipos de sociedades, conforme a legislação do imposto de renda (art. 274 do RIR 1999)”. Com relação às companhias abertas “[...] a CVM estabeleceu em sua Instrução nº 59/86 a obrigatoriedade de elaboração e publicação da DLPA em uma coluna da DMPL.”(IUDÍCIBUS, MARTINS e GELBCKE, 2007, p.403).

Temos que a lei 6.404 de dezembro de 1976 determina em seu artigo 186:

Art. 186. A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados discriminará:

I - o saldo do início do período, os ajustes de exercícios anteriores e a correção monetária do saldo inicial;

II - as reversões de reservas e o lucro líquido do exercício;

III - as transferências para reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporada ao capital e o saldo ao fim do período.

§ 1º Como ajustes de exercícios anteriores serão considerados apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subseqüentes.

§ 2º A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados deverá indicar o montante do dividendo por ação do capital social e poderá ser incluída na demonstração das mutações do patrimônio líquido, se elaborada e publicada pela companhia. (BRASIL,1976)

“Esta demonstração é de preparação rápida e simples, [...], porém, somente deve ser feita após todos os ajustes finais, ou seja, após termos levantado ao balanço final do exercício” (IUDÍCIBUS, MARTINS e GELBCKE, 2007, p.403).

1.1.4. Demonstração das origens e aplicações de recursos – DOAR

A objetividade deste relatório nos remete a elucidação de como e para onde se deu as aplicações de recursos na empresa no período considerado.



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

Perez Junior e Begalli (2002) confirmam esta postura quando entendem que este relatório identifica as fontes de recursos responsáveis pelas alterações de capital de giro e como eles foram aplicados. Salientam ainda que “completam a divulgação sobre a posição financeira e sobre os resultados das operações durante o mesmo período” (PEREZ JUNIOR E BEGALLI, 2002, p.190).

Temos, portanto duas óticas representadas por este instrumento, a contábil e a financeira relatam Coutinho et al (2008). Sem dúvida ao demonstrar as alterações de capital de giro na verdade está evidenciando o capital circulante líquido – CCL, ou seja, o ativo circulante constituído de todas as suas contas menos o passivo circulante também contemplado com suas contas respectivamente. Temos assim um aumento do CCL quando das origens de recursos e uma redução quando da aplicação deste.

Complementa ainda, Coutinho et al (2008, p.78) que “sob a ótica financeira, este relatório apresenta a forma pela qual a empresa obteve os recursos e como os aplicou ou investiu em um dado intervalo de tempo”.

Finaliza corroborando com Begalli e Coutinho, Iudícibus, Martins e Gelbecke (2007, p.424) “não devemos confundir a DOAR com a demonstração de fluxo de caixa, a qual evidencia o fluxo de disponibilidades, a abrangência da DOAR é maior mostra as variações em função do CCL e demonstra as mutações na posição financeira em sua totalidade”.

1.1.5. Demonstração das mutações do patrimônio líquido – DMPL

A demonstração das mutações do patrimônio líquido fornece a evidência das movimentações de todas as contas do patrimônio líquido ocorrida durante o exercício social considerado.

Sua abrangência conforme Marion (2000) enfatiza, é maior do que a DLPA, a DMPL quando elaborada acaba por dispensar a necessidade de apresentação da DLPA. “Ressaltamos, ainda, que a DMPL é fundamental para a elaboração da DOAR e para ser fornecida às empresas (investidora) que avaliam seus investimentos permanentes em coligadas ou controladas pelo método de Equivalência Patrimonial”. (MARION, 2000, p.93)

Coutinho et al (2008, p.81) esclarece ainda que este relatório “ complementa os demais dados constantes do balanço e da demonstração de resultado do exercício, é particularmente importante para as empresas que tenham seu patrimônio líquido formado por diversas contas e mantenham com elas inúmeras transações”

Temos que a instrução CVM nº 59 de 22 de dezembro de 1986 estabelece e normatiza a demonstração das mutações do patrimônio líquido a saber:

Art. 1º - As companhias abertas deverão elaborar e publicar, como parte integrante de suas demonstrações financeiras, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, referida ao artigo 186, § 2º " in fine" , da LEI Nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Art. 2º - A demonstração das mutações do patrimônio líquido, referida no artigo anterior, contemplará, no mínimo, os itens contidos no modelo sugerido em anexo à presente Instrução, segregados em colunas, discriminando:

1. descrição das mutações
2. capital realizado atualizado
3. reservas de capital
4. reservas de reavaliação
5. reservas de lucros
6. lucros ou prejuízos acumulados
7. ações em tesouraria
8. total do patrimônio líquido (CVM, 1986)

Portanto “sua importância torna-se mais acentuada [...], pois [...] indica claramente a formação e a utilização de todas as reservas, e não apenas as originadas por lucros; servirá também para melhor compreensão, inclusive quanto ao cálculo dos dividendos obrigatórios”. (IUDÍCIBUS, MARTINS E GELBCKE, 2007, p.415)

1.1.6. Notas Explicativas

Com o objetivo de demonstrar transparência ao público usuário das demonstrações financeiras, as notas explicativas surgiram como instrumento de apoio às demais demonstrações buscando esclarecer e ou corrigir as informações fornecidas nos relatórios.

Assim temos que “Os §§ 4º e 5º do artigo 176 da lei 4.604 de dezembro de 1976 tratam das notas explicativas aos relatórios que serão elaborados no final de cada exercício social” (PEREZ JUNIOR E BEGALLI, 2002, p.199)

Na seção 5^o da lei 6.404/76 temos regulamentado que as notas explicativas devem:

- I – apresentar informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para negócios e eventos significativos; [\(Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)
- II – divulgar as informações exigidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil que não estejam apresentadas em nenhuma outra parte das demonstrações financeiras; [\(Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)
- III – fornecer informações adicionais não indicadas nas próprias demonstrações financeiras e consideradas necessárias para uma apresentação adequada; e [\(Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)
- IV – indicar: [\(Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)
 - a) os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo; [\(Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)
 - b) os investimentos em outras sociedades, quando relevantes (art. 247, parágrafo único); [\(Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)
 - c) o aumento de valor de elementos do ativo resultante de novas avaliações (art. 182, § 3^o); [\(Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)
 - d) os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes; [\(Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)
 - e) a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo; [\(Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)
 - f) o número, espécies e classes das ações do capital social; [\(Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)
 - g) as opções de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício; [\(Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)
 - h) os ajustes de exercícios anteriores (art. 186, § 1^o); e [\(Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)
 - i) os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia. [\(Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)

“As notas podem ser usadas para descrever práticas contábeis utilizadas na companhia, para explicações adicionais sobre determinadas contas ou operações específicas e ainda para composição e detalhes de outras contas.” (IUDÍCIBUS, MARTINS E GELBCKE, 2007, p.453)

1.1.7. Relatório da Diretoria ou da Administração

O relatório da Administração fornece informações de caráter relevante aos usuários em seu julgamento e processo de tomada de decisão, Perez Junior e Begalli (2002) informam que a



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

lei 6.404 de dezembro de 1976 determina que o referido relatório deve ser publicado juntamente com as demonstrações financeiras, e que devem conter:

A aquisição de debêntures de sua própria emissão (art. 55, §2º), a política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos constantes de acordo de acionistas (art. 118, §5º), negócios sociais e principais fatos administrativos ocorridos no exercício (art. 133, inciso I)
(PEREZ JUNIOR E BEGALLI, 2002, P. 225)

Este relatório dará maior ênfase às informações não financeiras, Marion (2000) complementa demonstrando que são as seguintes:

- Dados estatísticos diversos
 - Indicadores de produtividade
 - Desenvolvimento tecnológico
 - A empresa no contexto socioeconômico
 - Políticas diversas: recursos humanos, exportações, etc
 - Expectativas com relação ao futuro
 - Dados do orçamento de capital
 - Projetos de expansão
 - Desempenho em relação aos concorrentes
- (MARION, 2000, p.23)

Fundamental ressaltar que “os usuários objetivam analisar a situação atual e de resultados passados da empresa [...], objetivando também servir de elemento preditivo da evolução de resultados futuros da empresa que melhor orientem suas decisões no presente.” (IUDÍCIBUS, MARTINS E GELBCKE, 2007, p.505)

1.1.8. Parecer dos Auditores

Os auditores são profissionais treinados e capacitados no cabedal de conhecimentos necessários para o processo de auditoria, no que se refere à auditoria contábil, seu trabalho visa demonstrar a abrangência das demonstrações financeiras, seu alcance, sua forma, os fatos relevantes observados, que ele julga devam ser divulgados e as conclusões a que chegou, as quais culminarão com sua opinião, ou parecer, sobre as demonstrações contábeis.

Perez Junior et al (2009, p.20) complementam relatando que o “principal objetivo da auditoria é a emissão de um parecer acerca das demonstrações contábeis em relação aos princípios fundamentais da contabilidade, Normas Brasileiras de Contabilidade, demais legislações aplicáveis e práticas adotadas no Brasil.”

Coutinho et al (2008, p.35) ressalta ainda que “o parecer [...] é o documento onde o auditor expressa sua opinião de forma clara e objetiva [...] assumindo responsabilidade técnico-profissional definida, inclusive de ordem pública”

A classificação do parecer enfatiza Coutinho (2008), esta elencada a natureza da opinião que contém podendo ser: um parecer sem ressalva onde o auditor está convencido da representação da posição patrimonial e financeira.

Temos também relata Coutinho et al (2008), o parecer com ressalva quando qualquer discordância ou restrição não possui magnitude de interferência podendo levar a um parecer adverso ou abstenção de opinião ou ainda o parecer adverso quando parte ou o todo não representa adequadamente a posição patrimonial e financeira e por fim o parecer com abstenção de opinião que significa deixar de emitir opinião sobre as demonstrações contábeis por falta de comprovação para fundamentá-las.

O parecer do auditores finaliza Iudícibus, Martins e Gelbcke (2007, p.10) é importante no contexto das demonstrações financeiras pois, “[...] com uma atuação da auditoria bem maior, muito se aplicará na segurança dos negócios, com redução de riscos e inadimplência permitindo menores taxas de juros. [...], haveria contribuições na diminuição da corrupção e da sonegação de impostos”.

1.2. Os relatórios não Obrigatórios

1.2.1. Demonstração de Fluxo de caixa – DFC¹

Esta demonstração visa evidenciar o fluxo de pagamentos e recebimento em dinheiro da empresa durante um determinado período, seu caráter é estritamente financeiro. Marion (2000, p.123) reafirma que “a DFC indica a origem de todo o dinheiro que entrou no Caixa, bem como a aplicação de todo o dinheiro que saiu do Caixa em determinado período e, ainda, o Resultado do Fluxo Financeiro.”

¹ Com a lei 11.638/07 este relatório passou a ser obrigatório



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

Sua apresentação ocorre em regime de caixa o que difere das outras demonstrações que são apresentadas em regime de competência, embora sua apresentação não seja “[...] obrigatória no Brasil o Ibracon por meio da NPC 20 de abril de 1999 recomenda que a DFC seja apresentada como informação complementar.” (IUDÍCIBUS, MARTINS E GELBCKE, 2007, p.440)

Seu objetivo conforme relata Coutinho et al (2008) é explicar as mutações de caixa de um período para outro, além de propiciar informações históricas para a projeção dos fluxos de caixa, visando à predição de retornos futuros aos acionistas bem como demonstrar a capacidade de pagamento de suas obrigações. Assim, a lei 6.404 de dezembro de 1976 no artigo 188 determina que:

Art. 188. As demonstrações referidas nos incisos IV e V do caput do art. 176 desta Lei indicarão, no mínimo: (Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007)
I - demonstração dos fluxos de caixa – as alterações ocorridas, durante o exercício, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregando-se essas alterações em, no mínimo, 3 (três) fluxos: (Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007)
a) das operações; (Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007)
b) dos financiamentos; e (Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007)
c) dos investimentos; (Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007)
(BRASIL, 1976)

De fato “a DFC pode ser evidenciada por dois critérios ou métodos, o Direto e o Indireto, ambos são analíticos, identificando o caixa gerado e/ou consumido, nos subgrupos: Atividades Operacionais, de Investimento e de Financiamento.” (OLIVEIRA, 2008, p.48)

1.2.2. Demonstração de valor adicionado – DVA ²

Esta Demonstração vem complementar a DRE, provendo informações importantes sobre a capacidade de geração de valor e a distribuição de riqueza da empresa.

Temos que a lei 4.604 de dezembro de 1976 esclarece e determina que:

II – demonstração do valor adicionado – o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída. (Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007) (BRASIL, 1976)

² Com a Lei 11.638/07 este relatório passou a ser obrigatório



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

Importante relatar que “a riqueza gerada pela empresa, [...], é calculada a partir da diferença entre o valor de suas vendas e o dos insumos adquiridos de terceiros.” (IUDÍCIBUS, MARTINS E GELBCKE, 2007, p.501)

Além da geração da geração de riqueza e a forma de sua distribuição, complementam Perez Junior e Begalli (2002, p.274) a DVA “destaca a importância dos fatores de produção: remuneração do trabalho; arrecadação ao governo, por meio de tributos; remuneração do capital, por meio do juros; remuneração do capital do acionista, por meio de lucros.”

“Essa demonstração, por seu caráter essencialmente social, [...] (é) considerada por alguns parte integrante do balanço social enquanto outros a consideram uma demonstração a parte.” (COUTINHO ET AL, 2008, p.99-100)

1.2.3. Parecer do conselho fiscal

Iudícibus, Martins e Gelbcke (2007, p.10) esclarecem e ressaltam que “ a lei brasileira não obriga à publicação do parecer do conselho fiscal, quando este existir, tal parecer precisa ser oferecido à Assembléia Geral dos Acionistas más sua publicação é optativa. A prática demonstra que ele é publicado na maioria das vezes”

1.3. As alterações introduzidas pela lei 11638/07 e Medida provisória n 449/08³

1.3.1. Balanço Patrimonial

O CPC, através da Orientação OCPC 02, em seu item 143, traz esclarecimentos sobre as Demonstrações Contábeis de 2008, em razão da nova estrutura definida pela LSA.

143. O CPC lembra que a classificação do balanço foi alterada a partir de 2008, sendo a seguinte, conforme a Lei nº 6.404/76 (das Sociedades por Ações), após as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08, e após os Pronunciamentos emitidos por este CPC até 31 de dezembro de 2008, com itemização maior no Patrimônio Líquido:

³ O texto e tabela foi totalmente transcrito do adendo do livro de: Alcantara, Alexandre, da Silva. **Estrutura Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis**, São Paulo: Atlas, 2009, p.07-08.



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

ATIVO	PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Ativo Circulante	Passivo Circulante
Ativo Não-Circulante	Passivo Não-Circulante
Realizável a Longo Prazo	Patrimônio Líquido
Investimento	Capital Social
Imobilizado	(-) Gastos com Emissão de Ações
Intangível	Reservas de Capital
	Opções Outorgadas Reconhecidas
	Reservas de Lucros
	(-) Ações em Tesouraria
	Ajustes de Avaliação Patrimonial
	Ajustes Acumulados de Conversão
	Prejuízos Acumulados

Cabe observar que, apesar de não trazer detalhamento sobre as contas que devem compor o Passivo Não-Circulante, este grupo evidenciará todas as obrigações cujo vencimento ocorra após o último dia do exercício social seguinte.

1.3.2. Demonstração do Resultado do Exercício⁴

As modificações na DRE estão relacionadas principalmente à eliminação da segregação das receitas e despesas como não operacionais e a contabilização das participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa.

Ao extinguir a Reserva de Prêmio na Emissão de Debêntures, trouxe a obrigação de esse prêmio ser tratado como receita na DRE. Essa receita deve ser apropriada por regime de competência e não de forma integral quando recebida em dinheiro.

⁴ O texto foi totalmente transcrito do adendo do livro de: Alcantara, Alexandre, da Silva. **Estrutura Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis**, São Paulo: Atlas, 2009, p.11.



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

1.3.3. O conceito de operacional não operacional⁵

O CPC, através da Orientação OCPC 02, em seus itens 136 e 137, traz esclarecimentos sobre a não-segregação das receitas e despesas como não operacionais na Demonstração do Resultado do Exercício, em razão da sua nova estrutura definida pelo art. 187 da LSA.

136. A Medida Provisória nº 449/08 acatou mais essa regra existente nas normas internacionais: a não segregação dos resultados em operacionais e não operacionais. Assim, no âmbito do processo de convergência com as normas internacionais (leitura sistemática das normas e orientações), as entidades deverão apresentar as “outras receitas/despesas” no grupo operacional e não após a linha do “resultado operacional”.

137. [...] Este Comitê emitirá em 2009, para validade em 2010, seu Pronunciamento a respeito da matéria, mas por enquanto apenas salienta a não existência, já a partir de 2008, dessa figura das receitas e despesas não operacionais .

1.3.4. Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA)⁶

Não houve modificações na forma de elaboração e apresentação deste demonstrativo. Apesar da extinção da conta “Lucros Acumulados” no BP, a demonstração correspondente continua existindo, porém a mesma não poderá apresentar saldo positivo nesta conta ao final de cada exercício social. Normalmente as companhias têm preferido apresentar a DLPA como integrante da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, conforme faculta a LSA (art. 186, §2º).

⁵ O texto foi totalmente transcrito do adendo do livro de: Alcantara, Alexandre, da Silva. **Estrutura Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis**, São Paulo: Atlas, 2009, p.11.

⁶ O texto foi totalmente transcrito do adendo do livro de: Alcantara, Alexandre, da Silva. **Estrutura Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis**, São Paulo: Atlas, 2009, p.12.



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

1.3.5. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)⁷

Não houve modificações na forma de elaboração deste demonstrativo. Esta demonstração deverá continuar refletindo a movimentação das contas que compõem o Patrimônio Líquido, tanto das anteriormente previstas na LSA, quanto das novas contas criadas.

1.3.6. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)⁸

A nova redação da LSA não exige a elaboração e divulgação da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), já que a mesma foi excluída do texto legal. Em seu lugar passa a ser obrigatória a elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

Para as companhias fechadas com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), não serão obrigatórias a elaboração e publicação da DFC.

O Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), através da sua NPC nº 20/1999 já orientava quanto a forma de elaboração da DFC (Método Direto ou Método Indireto), recomendando que a mesma fosse apresentada como informação complementar, enquanto houvesse a exigência de preparação da DOAR.

⁷ O texto foi totalmente transcrito do adendo do livro de: Alcantara, Alexandre, da Silva. **Estrutura Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis**, São Paulo: Atlas, 2009, p.12.

⁸ O texto foi totalmente transcrito do adendo do livro de: Alcantara, Alexandre, da Silva. **Estrutura Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis**, São Paulo: Atlas, 2009, p.13.



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

1.3.7. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)⁹

Este demonstrativo passa a ser obrigatório para todas as companhias abertas.

A Lei nº 11.638/2007, em seu art. 3º, estende às sociedades de grande porte, ainda que não constituídas sob a forma de sociedades por ações, a obrigatoriedade de observar os mesmos critérios de escrituração e elaboração de demonstrações financeiras previstas na LSA, bem como a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado na Comissão de Valores Mobiliários.

Art. 3º Aplicam-se às sociedades de grande porte, ainda que não constituídas sob a forma de sociedades por ações, as disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras e a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado na Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo único. Considera-se de grande porte, para os fins exclusivos desta Lei, a sociedade ou conjunto de sociedades sob controle comum que tiver, no exercício social anterior, ativo total superior a R\$240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) ou receita bruta anual superior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

1.3.8. Notas Explicativas¹⁰

Breves alterações forma introduzidas no §5º do art. 176 da LSA, buscando tornar mais transparentes os critérios adotados pelas companhias na elaboração de suas demonstrações contábeis.

⁹ O texto foi totalmente transcrito do adendo do livro de: Alcantara, Alexandre, da Silva. **Estrutura Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis**, São Paulo: Atlas, 2009, p.13.

¹⁰ O texto e tabela foi totalmente transcrito do adendo do livro de: Alcantara, Alexandre, da Silva. **Estrutura Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis**, São Paulo: Atlas, 2009, p.15-16.



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

Redação Anterior	Redação Atual (MP 449/2008)
	§5º As notas explicativas devem: I - apresentar informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para negócios e eventos significativos; II - divulgar as informações exigidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil que não estejam apresentadas em nenhuma outra parte das demonstrações financeiras; III - fornecer informações adicionais não indicadas nas próprias demonstrações financeiras e consideradas necessárias para uma apresentação adequada; e IV - indicar:
§ 5º As notas deverão indicar:	
a) Os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo;	a) os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo;
b) os investimentos em outras sociedades, quando relevantes (artigo 247, parágrafo único);	b) os investimentos em outras sociedades, quando relevantes (art. 247, parágrafo único);
c) o aumento de valor de elementos do ativo resultante de novas avaliações (artigo 182, § 3º);	c) o aumento de valor de elementos do ativo resultante de novas avaliações (art. 182, § 3º);
d) os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes;	d) os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes;
e) a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo;	e) a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo;

Redação Anterior	Redação Atual (MP 449/2008)
f) o número, espécies e classes das ações do capital social;	f) o número, espécies e classes das ações do capital social;
g) as opções de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício;	g) as opções de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício;
h) os ajustes de exercícios anteriores (artigo 186, § 1º);	h) os ajustes de exercícios anteriores (art. 186, § 1º); e
i) os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia.	i) os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia.

1.3.9. Parecer dos auditores Independentes¹¹

As Demonstrações Financeiras de Sociedades de Grande Porte, assim definidas pelo art. 3º da Lei nº 11.638/2007 ficam obrigadas à auditoria independente por auditor registrado na Comissão de Valores Mobiliários.

¹¹ O texto foi totalmente transcrito do adendo do livro de: Alcantara, Alexandre, da Silva. **Estrutura Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis**, São Paulo: Atlas, 2009, p.16.



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

2. HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DA POSITIVO INFORMATICA S.A.¹²

A Positivo Informática nasceu do Grupo Positivo, que é o maior grupo do segmento de educação no Brasil. Fundado em 1972, a partir da criação de uma escola e de uma gráfica, o Grupo Positivo possui atualmente empresas líderes nos três segmentos em que atua: educacional, gráfico-editorial e informática. Em 1979, o grupo iniciou a venda de livros e serviços a outras escolas em todo Brasil.

A Positivo Informática foi criada em maio de 1989 com o objetivo inicial de fabricar e vender computadores para escolas clientes do Grupo Positivo em todo Brasil. Já em 1990, a Companhia identificou a oportunidade de fornecer computadores e soluções de informática para empresas e instituições do poder público, por meio de licitações públicas.

Em 1994, a Positivo Informática criou seu Segmento de Tecnologia Educacional, dando início à comercialização dos primeiros softwares educacionais para escolas e para o varejo. Em 2000, lançou o Portal Educacional, site dirigido às escolas privadas e, no ano seguinte, o Portal Aprende Brasil, desenvolvido para atender as necessidades das secretarias de Educação e escolas públicas.

Em 2004, a Companhia estreou no mercado de varejo vendendo computadores para os grandes varejistas do País, e em nove meses se tornou a maior fabricante de computadores do Brasil, permanecendo nessa posição até hoje. Iniciou também, naquele ano, a comercialização da E-Blocks – mesa educacional para ensino da língua inglesa – nos Estados Unidos e, atualmente, a Positivo Informática exporta esse produto para países da África, América, Ásia e Europa. Ao final de 2005 iniciou a venda para o mercado corporativo de hardware, com uma linha de desktops, notebooks e servidores, e ultrapassou a marca de 500 mil computadores produzidos. Em 2006, recebeu o importante prêmio de Melhor Empresa do Setor de Tecnologia e Computação pela revista Exame Edição Melhores e Maiores e, no mesmo ano, ultrapassou a marca de 1 milhão de computadores produzidos.

¹² Informações retiradas do Site oficial de Serviço de relacionamento com os investidores –RI Positivo Informática



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

No dia 11 de dezembro de 2006, a Positivo Informática iniciou a negociação de suas ações no Novo Mercado, o mais alto nível de governança corporativa da BM&FBovespa. Foram captados R\$ 604,1 milhões na oferta pública inicial de ações (10% primária e 90% secundária), cuja demanda foi proveniente de uma diversificada e sólida base de investidores institucionais e de varejo, que totalizou 18.466 pessoas físicas, sendo, até então, o maior número de investidores em um IPO desde 2004, segundo a BM&FBovespa. A Positivo Informática também ingressou nos índices “IGC” (Índice de Governança Corporativa Diferenciada) e “ITAG” (Índice de Tag Along Diferenciado) da BM&FBovespa. Em setembro de 2007 e com menos de 9 meses de negociação, as ações POSI3 passaram a integrar a carteira do IBX-100 (Índice composto pelas 100 ações mais negociadas na BM&FBovespa), comprovando sua boa liquidez. Em outubro do mesmo ano, atingiu a marca de 2,5 milhões de computadores fabricados. Em dezembro de 2007, as ações da POSI3 passaram a integrar a carteira de INDX (Índice do Setor Industrial).

Em 2008, além de vendas diretas para grandes empresas no mercado corporativo, criou-se um novo canal de vendas para este mercado, com o objetivo de comercializar computadores e serviços de informática para pequenas e médias empresas, por meio de parcerias com distribuidores. No mesmo ano, a companhia inaugurou a verticalização da produção de placas mãe de desktops na planta industrial de Curitiba (PR) e da fabricação de monitores LCD em sua nova unidade em Ilhéus (BA).

Em 2009, dando sequência aos projetos de verticalização, teve início a fabricação de placas mãe de notebooks e de placas de memória de desktops. Em dezembro, a companhia adquiriu a marca de computadores Kennex, que veio a complementar sua já bem sucedida estratégia de venda no varejo.

Atualmente, segundo a IDC, a Positivo Informática é líder no mercado brasileiro de PCs há mais de 5 anos consecutivos, com 16,1% do mercado total e 24,7% do mercado oficial (base: 2009), e um dos principais players no Segmento de Tecnologia Educacional, sendo reconhecida pela inovação no desenvolvimento de softwares e mesas educacionais.



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS
RESULTADOS

As demonstrações financeiras da empresa Positivo Informática foram analisadas através de seus relatórios denominados Informações financeiras Completas, Informações Anuais e Demonstrações Financeiras Padronizadas, os quais estão disponíveis para acesso no Site oficial da organização. Foram analisados os relatórios do período compreendido entre 2005 e 2009.

No que tange as demonstrações financeiras obrigatórias e não obrigatórias, estas no período de 2005 a 2006 foram esboçadas conforme a lei da sociedade por ações objetivando a entrada da empresa no mercado acionário o que ocorreu em 17 de agosto de 2006 com a abertura de capital, conforme ata de reunião dos sócios, observou-se um delineamento claro e objetivo das contas, inclusive com retificações das demonstrações financeiras ocorridas no período de 2003 conforme relatado no relatório de DF padronizadas (2005) e no parecer dos auditores independentes (2005).

Foi observado que no período considerado na conta de “créditos” que não houve o desmembramento nas sub-contas “clientes e partes relacionadas como ocorreu nos anos subseqüentes, e a sub-conta “Imposto de Renda/Contrib.Social Diferido” foi alterada em sua nomenclatura para “Tributos Diferidos”, estas readequações seguiram as normatizações vigentes à época e estão dentro da base conceitual aqui apresentada.

No período compreendido de 2007 a empresa incurso em momento oportuno além da abertura de capital, atingiu a marca de um milhão de computadores vendidos, tudo muito bem demonstrado no relatório da administração (2007) houve ajustes com o objetivo de aprimoramento de suas informações financeiras, a Companhia elaborou a demonstração do fluxo de caixa de acordo com as Normas e Procedimentos de Contabilidade - NPC 20, emitida pelo IBRACON conforme demonstrado e relatado nas demonstrações financeiras de 2007.

A empresa faz algumas considerações a respeito da lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007 conforme explanado abaixo:

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, a qual modifica as disposições da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76. A referida Lei estabelece diversas alterações sobre a elaboração das demonstrações financeiras, visando ao alinhamento com as normas internacionais de contabilidade, e atribui à CVM o poder de emitir normas para as companhias de capital aberto. As principais alterações introduzidas pela Lei têm aplicação a partir de 2008 e referem-se a: (a) substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos pela demonstração dos fluxos de caixa; (b) obrigatoriedade de elaboração da demonstração do valor adicionado; (c) possibilidade de inclusão da escrituração tributária na escrituração mercantil, com segregação entre as demonstrações mercantis e as tributárias; (d) criação do subgrupo "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido; (e) normatização dos critérios de avaliação e classificação de instrumentos financeiros; (f) obrigatoriedade de avaliação do grau de recuperação de ativos não circulantes; (g) alteração dos parâmetros de avaliação de coligadas pelo método de equivalência patrimonial; (h) Revogação da possibilidade de registrar: (i) prêmio recebido na emissão de debêntures; e (ii) doações e subvenções para investimento (incluindo incentivos fiscais) diretamente como reservas de capital em conta de patrimônio líquido. Isso significa que as doações e as subvenções para investimento passarão a ser registradas no resultado do exercício. Para evitar a distribuição como dividendos, o montante das doações e subvenções para investimentos poderá ser destinado, após transitar pelo resultado, para reserva de incentivos fiscais; e (i) obrigatoriedade da contabilização de novos ativos a valor de mercado, nos casos de incorporação, fusão ou cisão.

Em razão de essas alterações terem sido recentemente promulgadas e algumas ainda dependerem de regulamentação por parte dos órgãos reguladores para serem aplicadas, a Administração da Companhia ainda não conseguiu avaliar todos os efeitos que referidas alterações poderiam resultar em suas demonstrações financeiras e nos resultados dos exercícios seguintes.

(notas explicativas Positivo Informática 2007 e 2006, p.09)

Além deste posicionamento, complementou o relatório anual com as informações sobre os fatores de risco do negócio, do setor, macroeconômicos, relacionados à oferta e a ações, além de delinear os aspectos ambientais inerentes ao processo e que envolvem a Companhia e operações com empresas relacionadas.

No período de 2008 a 2009 as demonstrações financeiras obrigatórias e não obrigatórias foram elaboradas dentro das modificações e alterações incorridas na lei 6.404/76 incorporadas pela lei 11.638/07 e medida provisória nº. 449/08, conforme relatado acima, sendo estas modificações pontuadas no relatório dos auditores independentes de 2008. Iniciou o processo de elaboração de suas demonstrações em consonância com a IFRS embora não a tenha adotado plenamente, pois faltaram algumas divulgações o que provavelmente será plenamente atendido nas demonstrações futuras.



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se que a empresa Positivo Informática buscou em seus relatórios obrigatórios e não obrigatórios seguir rigorosamente as determinações legais e normativas vigentes à época correspondente, tendo inclusive o cuidado de relatar as modificações ocorridas nas leis e normas e correlacioná-las quando necessário.

Os relatórios da administração foram claros e com uma gama de informações sobre o mercado, sua posição e participação global e por produto além de outras informações extremamente importantes para os investidores e players em geral.

A empresa busca também a geração de valor, isto está evidenciado em seus relatórios pois ao demonstrar a relação risco, situação, interação ambiental e ao pautar-se dentro das diretrizes de governança corporativa da CVM objetivou demonstrar o grau de transparência e governabilidade de suas ações transmitindo assim mais credibilidade aos stakeholders (a comunidade, outras áreas da empresa, concorrentes, fornecedores, investidores e acionistas, governo, as famílias).

Diante disto, comprovou-se a hipótese considerada neste trabalho, que a referida empresa atende plenamente aos dispositivos legais, normativos e instrucionais gerando valor e aplicabilidade.



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS
REFERÊNCIAS

ALCANTARA, Alexandre. da Silva. **Estrutura Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis**, São Paulo: Atlas, 2009.

BRASIL. Lei das sociedades por ações. **Lei 6.404 de Dezembro de 1976 consolidada**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6404consol.htm> Acesso em: 20 de julho de 2010.

COUTINHO, Átimo de Souza; MATTOS, Claudio de Carvalho; FONSECA, Paulo Henrique Lopes da; BRAGA, Zuinglio José Barroso. **Contabilidade Financeira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

Demonstrações Financeiras Padronizadas Positivo Informática. **Demonstrações Financeiras Padronizadas 2005**. Disponível em:

<<http://www.positivoinformatica.com.br/ri/>> Acesso em: 29 de julho de 2010

Histórico Positivo Informática. **Histórico e perfil corporativo**. Disponível em:

<http://www.mzweb.com.br/positivo/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=3699&conta=28> Acesso em: 22 de julho de 2010.

Informações Financeiras Positivo Informática S.A. **Informações financeiras Positivo Informática S.A.** Disponível em <<http://www.positivoinformatica.com.br/ri/>> Acesso em: 28 de julho de 2010

Instrução CVM Nº 59. **dispõe sobre a obrigatoriedade de elaboração e publicação da demonstração das mutações do patrimônio líquido pelas companhias abertas**. Disponível em:

<<http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/exiatio.asp?Tipo=I&File=/inst/inst059.htm>> Acesso em 25 de julho de 2010.



FUNDAÇÃO
GETÚLIO VARGAS

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Curso de Contabilidade para não contadores**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto R. **Manual de contabilidade das sociedades por ações (aplicável às demais sociedades)**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

Notas Explicativas 2007 Positivo Informática S.A. **Notas explicativas**. Disponível em:
<<http://www.positivoinformatica.com.br/ri/>> Acesso em: 29 de julho de 2010

OLIVERIA, JOSÉ CARLOS. **Apostila: Contabilidade Financeira**. Editora FGV, 2008

PEREZ JUNIOR, José Hernandez; BEGALLI, Glauco Antonio. **Elaboração das Demonstrações Contábeis**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Parecer dos Auditores da Positivo Informática 2005. **Parecer dos Auditores 2005**. Disponível em:

<<http://www.positivoinformatica.com.br/ri/>> Acesso em: 29 de julho de 2010

ANEXO A - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2009¹³



POSITIVO INFORMÁTICA S.A.

MENSAGEM AOS ACIONISTAS

Encerrando uma década espetacular para a Positivo Informática, 2009 foi certamente um dos anos mais intensos e vitoriosos da companhia. Desde a entrada no varejo, no início de 2004, rapidamente assumiu a liderança do mercado brasileiro, o que proporcionou à empresa o ganho de escala necessário para aumentar a competitividade e atuar de forma efetiva no desenvolvimento de produtos e de parcerias no mercado local. Já são mais de cinco anos consecutivos à frente deste segmento e do mercado brasileiro como um todo, fruto do profundo conhecimento do consumidor local e do sólido relacionamento com as principais redes varejistas. Em 2009, o recorde histórico de 1,778 milhão de PCs vendidos e a forte ampliação de *market share* se somam aos importantes avanços em aspectos operacionais e estratégicos, que fazem deste ano um capítulo à parte na história da companhia.

A habilidade da Positivo Informática em capturar o crescimento do mercado e de lidar com altas taxas de expansão já era bem conhecida, sendo uma de suas principais vantagens competitivas. Porém, em 2009, tivemos pela primeira vez desde que assumimos a liderança do mercado brasileiro o desafio de administrar a companhia diante de um mercado em forte retração, devido à crise financeira mundial, na qual muitos competidores tiveram seu posicionamento fragilizado. No período mais agudo da crise, ao invés das medidas restritivas aplicadas pela maioria das empresas, aproveitamos o momento para estreitar o relacionamento com nossos *stakeholders*. Estivemos ainda mais presentes nas redes varejistas com grandes campanhas promocionais, honramos todos os compromissos com os fornecedores, nos aproximamos dos nossos investidores e o mais importante: preservamos nosso capital humano, elemento chave para a sustentabilidade da empresa.

O desafio foi mais do que superado. Contrastando o fraco desempenho geral do mercado, que encolheu 6,4% em relação a 2008, registramos crescimento anual de vendas em todos os trimestres do ano, fechando 2009 com um volume 10,9% superior na mesma comparação. Dessa forma, colhemos um ganho de 2,9 p.p. na participação no mercado oficial brasileiro, atingindo 24,7% e superando a soma dos 2º e 3º colocados, segundo a IDC. Mesmo sacrificando temporariamente os níveis de rentabilidade, que sofreram uma queda pontual durante auge da crise, a retomada destes ocorreu com vigor, iniciando o segundo semestre já em patamares praticamente normalizados.

Poderíamos nos dar por satisfeitos pelo acerto no contingenciamento da crise. Mas, sendo uma empresa de tecnologia e focada no varejo, a velocidade e o dinamismo fazem parte da nossa natureza. Portanto, já nos primeiros sinais consistentes de melhoria, nos antecipamos aos movimentos da concorrência ao empreender o maior lançamento de produtos já realizado no Brasil por uma fabricante de computadores. Apresentamos uma renovação completa do portfólio de desktops e de notebooks, disponibilizamos no varejo a linha Positivo Corp - específica para pequenas e médias empresas - e introduzimos um novo *form factor*: os computadores "tudo em um". Esses e outros lançamentos, como o didático Positivo Fácil, fruto de mais de um ano de pesquisas com usuários iniciantes, o Positivo PCTV Digital e a linha de notebooks ultrafinos, enaltecem o status de vanguarda da companhia em desenvolvimento e adaptação de tecnologias ao gosto do brasileiro.

Dando sequência aos projetos de verticalização, iniciado em 2008 com a fabricação de placas mãe de desktops e de monitores LCD, foi inaugurada a produção própria de placas mãe de notebooks em janeiro e, em novembro, a montagem de placas de memória, maximizando a utilização da estrutura da fábrica de placas. Também no final do ano, após intenso trabalho de desenvolvimento, foi concluída com sucesso a primeira fase de implantação do projeto ERP, que deverá beneficiar significativamente a sustentabilidade da companhia e por meio do qual se espera, no médio e longo

¹³ FONTE: Informações Financeiras Positivo Informática S.A. **Informações financeiras Positivo Informática S.A.** Disponível em <<http://www.positivoinformatica.com.br/ri/>> Acesso em: 28 de julho de 2010



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

prazos, melhorias importantes na eficiência operacional e nos processos e controles internos. Paralelamente, foram realizados investimentos em ampliação de capacidade produtiva de computadores nas plantas industriais de Curitiba e Manaus, de forma a deixar a empresa pronta para capturar o crescimento do mercado brasileiro, cujo cenário para os próximos anos é muito promissor. Na unidade de Ilhéus, estrategicamente posicionada no Nordeste, região que apresenta imenso potencial de crescimento, foram colhidos em 2009 importantes ganhos em eficiência, produtividade e qualidade na fabricação de monitores. Por fim, em dezembro, foi anunciada a aquisição da marca Kennex, que vem a complementar nossa já bem sucedida estratégia de vendas no mercado de varejo.

Foi mesmo um ano de trabalho árduo, porém recompensador e rico em ensinamentos, que ficará gravado em nossas memórias. É com satisfação que agradecemos a preferência de nossos clientes e a confiança de nossos parceiros, em especial o empenho e talento dedicado pelos nossos colaboradores, que fazem da Positivo Informática uma empresa da qual nos orgulhamos em fazer parte. A estes que dividiram conosco os momentos de superação e que, assim como nós, estão ansiosos pelas oportunidades que reservam esta década que agora se inicia, os nossos sinceros agradecimentos.

Oriovisto Guimarães

Hélio Bruck Rotenberg

Presidente

do Conselho de Administração

Presidente

DESTAQUES DE 2009



- **Market share de 16,1% no mercado total (+2,5 p.p.), 34,9% no mercado de governo (+4,2 p.p.) e de 29,9% no mercado de varejo (+4,2 p.p.) em 2009, superando a soma das participações dos 2º, 3º e 4º colocados;**
 - **Recorde histórico em vendas e receita bruta em 2009: 1,778 milhão de unidades (+10,9%) e R\$ 2,513 bilhões de faturamento (+12,7%);**
 - **Crescimento nas unidades vendidas em 2009 versus 2008:**
 - ✓ **21,4% no mercado de varejo;**
 - ✓ **50,2% em notebooks, cuja participação representou 40,2% do volume total;**
 - **EBITDA¹ de R\$ 177,3 milhões em 2009. No 4T09, o EBITDA¹ totalizou R\$ 66,0 milhões (+168,7%), sendo que a margem EBITDA² atingiu 10,8%, aumentos de 6,0 p.p. e 0,6 p.p. em relação ao 4T08 e 3T09, reconfirmando as expectativas de melhora de rentabilidade comunicadas pela companhia;**
 - **Lucro líquido¹ de R\$ 47,9 milhões no 4T09 (+291,2%), revertendo o prejuízo do 4T08, fruto dos esforços da companhia para superar os desafios trazidos pela crise. Total de R\$ 127,7 milhões em 2009;**
 - **Proposta à AGO de distribuição de R\$ 50,0 milhões na forma de dividendos, representando payout de 39,1%;**
 - **Novas verticalizações: início da produção de placas mãe de notebooks em janeiro/09 e de placas de memória de desktops em novembro/09, maximizando a utilização da estrutura já existente;**
- 1 -
- **Entrada em operação do projeto ERP em 1º de outubro;**
 - **Ampliação da capacidade produtiva das fábricas de PCs e placas mãe em dezembro/09;**
 - **Aquisição da marca Kennex em dezembro/09, de forma a complementar a estratégia já bem sucedida de vendas no varejo brasileiro;**
 - **Aprovação de linhas especiais de financiamento de longo prazo junto ao BNDES no montante de até R\$ 147,0 milhões;**
 - **Renovação da isenção de PIS/COFINS pelo Governo Federal até 2014 para**

DESTAQUES OPERACIONAIS

1.1 – Hardware

Market Share

A Positivo Informática **mantém-se na liderança do mercado de PCs há mais de 5 anos consecutivos**, totalizando, em 2009, 16,1% de *market share*, aumento de 2,5 p.p. em relação ao ano de 2008, sendo líder tanto em desktops quanto em notebooks. No **varejo**, mercado que representa cerca de 80% das vendas da companhia, **liderou com 29,9% de market share**. Essa participação supera a soma das 2ª, 3ª e 4ª colocadas juntas, confirmando a forte presença dos computadores Positivo em cerca de 7.800 pontos de venda das principais redes de varejo do país. No mesmo período, a Positivo Informática **aumentou em 4,2 p.p. sua participação no mercado de governo e educação**, alcançando 34,9% de *market share* e mantendo-se na liderança há 13 trimestres



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

consecutivos. Ao final do ano, a companhia ocupou a 5ª posição no **mercado corporativo**, onde atua desde o final de 2005, **ampliando em 11,1% sua participação nesse mercado**. Esses resultados fazem com que a Positivo Informática configure entre as 15 maiores fabricantes de PCs do mundo, segundo a IDC (International Data Corporation), vendendo apenas no Brasil.

B) Fonte: IDC
Outros: 19,9%
B: 7,3%

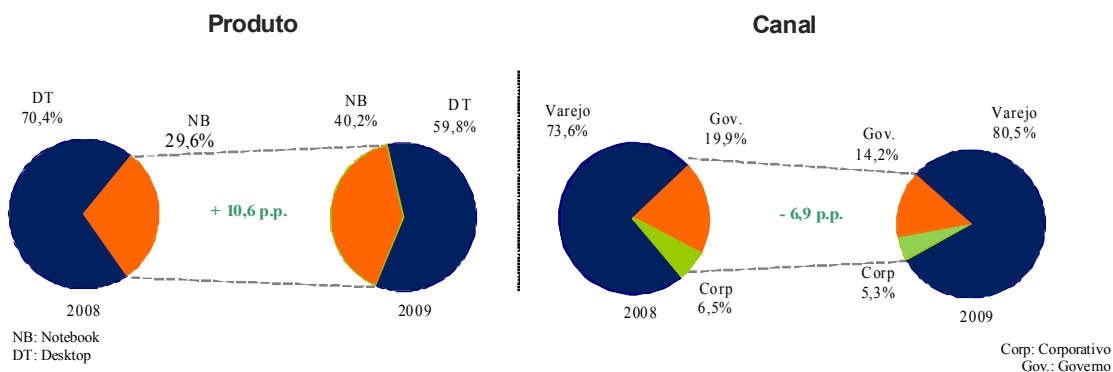
Volumes

Em 2009, a Positivo Informática registrou novo recorde de vendas, totalizando 1,778 milhão de PCs vendidos, o que representa crescimento de 10,9% em relação a 2008. Tal crescimento é bastante significativo, considerando o impacto da crise financeira mundial no primeiro semestre de 2009. Destaca-se o bom desempenho no varejo, mercado em que as vendas totalizaram 1,432 milhão de unidades, crescimento de 21,4% em comparação com o ano anterior.

Volume de Vendas Hardware (unidades)	2008	2009	Var% 2009x2008
✓ PCs	1.603.84	1.778.46	10,9%
Desktops	1.128.45	1.064.29	-5,7%
Notebooks	475.391	714.172	50,2%
Canal	1.603.84	1.778.46	10,9%
Varejo	1.180.10	1.432.18	21,4%
Governo	318.960	251.561	-21,1%
Corporativo	104.782	94.712	-9,6%

Em 2009, os notebooks representaram 40,2% do total de PCs vendidos, contra 29,6% em 2008. Foram vendidos 714,2 mil notebooks em 2009, dos quais 80,0 mil foram netbooks, que representaram 11,2% das vendas de portáteis.

Composição das Vendas de PCs (unidades)



Hardware Varejo: 80,5% das vendas – 1,432 milhão de unidades em 2009

NB: Notebook
DT: Desktop
Corp: Corporativo
Gov.: Governo



FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

A Positivo Informática é líder nesse segmento há 21 trimestres consecutivos, estando presente nos maiores varejistas do país. Em 2009, mesmo com o impacto da crise mundial durante o 1º semestre, as vendas nesse mercado totalizaram 1,432 milhão de PCs vendidos, um expressivo crescimento de 21,4% sobre 2008.

Para 2010, as perspectivas para o mercado de varejo no Brasil são promissoras. Além dos sólidos fundamentos do mercado, como a baixa penetração nos lares, o crescimento da renda da população, o barateamento do crédito e a robusta confiança do consumidor brasileiro - que continua colocando o PC no topo da lista de desejos para 2010 -, o Governo Federal prorrogou, até o final de 2014, a isenção da cobrança de PIS/COFINS para computadores de até R\$ 4.000, por meio da MP 472/2009, confirmando a inclusão digital como um dos pilares da política social no país.

Adicionalmente, em 21 de dezembro de 2009, a companhia anunciou ao mercado a compra da marca Kennex. Esta aquisição vem a complementar a estratégia já bem sucedida de vendas no varejo brasileiro.

Hardware Governo: 14,2% das vendas – 251,6 mil computadores em 2009

A Positivo Informática vem consolidando sua liderança no mercado de licitações públicas, segmento no qual atua há 20 anos. Em 2009, foram entregues 251,6 mil PCs para clientes de governo, volume que poderia ter sido maior, não fosse a postergação de parte das entregas originalmente previstas para o 4T09, cujos volumes estão previstos para ser reconhecidos, em sua maior parte, no 1º semestre de 2010. A carteira de entregas para clientes de governo projetada para 2010 é estimada em mais de 300 mil unidades.

Hardware Corporativo: 5,3% das vendas – 94,7 mil unidades em 2009

A companhia fechou o ano de 2009 com vendas para o mercado corporativo na ordem de 94,7 mil computadores, significando uma redução de 9,6% em relação a 2008. Este segmento, que representa o menor volume de vendas da companhia, foi o mais impactado pela crise financeira mundial, devido a postergações na aquisição de computadores por parte das empresas.

Para 2010, espera-se uma retomada do segmento corporativo, tendo em vista o aumento de contratações e a melhora das expectativas do empresariado. A companhia está avançando significativamente nesse segmento, principalmente pelo bom desempenho das vendas diretas para grandes empresas e continuará investindo para capturar as oportunidades do mercado de pequenas e médias empresas (SMB).

1.2 - Tecnologia Educacional

No segmento de Tecnologia Educacional, a Positivo Informática está presente em três segmentos de atuação: Ensino Particular, Ensino Público e Varejo, através dos quais desenvolve e gerencia o maior portfólio de produtos e ferramentas educacionais do país, com destaque para os portais e softwares educacionais, além de produtos inovadores como as mesas educacionais, lousas interativas e câmeras de documentos. As soluções educacionais da Positivo Informática estão presentes em 11.830 escolas públicas, 2.439 escolas particulares e mais de 900 pontos de venda do varejo. Em 2009 a receita bruta atingiu R\$ 59,7 milhões, representando 2,4% do faturamento da companhia no período.

2 - OPERAÇÕES

As plantas industriais da Positivo Informática atendem aos mais rigorosos padrões de qualidade. A sede e principal unidade está instalada em Curitiba, no estado do Paraná, com capacidade de produção de 310 mil PCs por mês. A partir de janeiro de 2008, iniciou-se a verticalização de placas mãe de desktops em Curitiba e, em janeiro de 2009, a de notebooks. A capacidade produtiva mensal é de 127 mil placas mãe de desktops e notebooks. Em novembro de 2009, teve início a produção de



FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

placas de memória na linha de montagem de placas mãe de desktops, maximizando a utilização desta estrutura.

A unidade de Manaus, inaugurada em agosto de 2008 com o principal objetivo de atender a demanda dos varejistas localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, apresenta capacidade produtiva de 20 mil PCs por mês.

Em maio de 2008, foi verticalizada a produção de monitores LCD em Ilhéus, com o principal objetivo de garantir o fluxo de fornecimento para as demais unidades fabris, mitigando quaisquer oscilações de mercado no fornecimento desse produto. Em 2009, foram produzidos, em média, cerca de 20 mil monitores LCDs por mês.

3 - DESEMPENHO FINANCEIRO

Os comentários apresentados a seguir, referem-se aos números consolidados da Positivo Informática S.A. e de suas controladas Positivo Informática da Amazônia Ltda. e Positivo Informática da Bahia Ltda. Todas as informações financeiras apresentadas neste Relatório da Administração contemplam as modificações contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09.

Em 2009, a Positivo Informática registrou receita bruta recorde de R\$ 2,513 bilhões, significativo crescimento de 12,7% em relação ao ano anterior, considerando o impacto da crise financeira mundial durante o 1S09. A receita líquida ajustada registrou R\$ 2,180 bilhões, crescimento de 12,5%. No ano, o custo do produto vendido (CPV) correspondeu a 71,9% da receita líquida, apresentando aumento de 0,4 p.p. em relação a 2008 devido, principalmente, à absorção de parte dos custos relativos ao aumento da taxa de câmbio durante o 1S09.

EBITDA¹

(R\$ milhões)
As despesas operacionais antes do resultado financeiro acompanham o crescimento da empresa e registraram R\$ 456,2 milhões em 2009, aumento de 21,7% em relação a 2008, principalmente em função do aumento de 20,7% nas despesas com vendas, devido aos maiores investimentos em marketing durante o processo de desestocagem no 1S09, bem como visando à consolidação da marca Positivo. Também contribuiu para essa variação o aumento de 42,3% nas despesas gerais e administrativas, principalmente em função do crescimento do quadro de pessoal para suportar as novas unidades de negócios. O resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 93,7 milhões, principalmente devido às perdas com a cobertura cambial dos fluxos de importação de matéria prima dos grandes projetos de governo, as quais estão sendo compensadas à medida que os equipamentos forem entregues, uma vez que esses contratos foram precificados com uma maior estimativa de câmbio.

No ano de 2009, a companhia alcançou EBITDA¹ (*"Earnings before interests, taxes, depreciation and amortization"*; lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de R\$ 177,3 milhões, sendo que a margem EBITDA² totalizou 8,1% no período. O lucro líquido¹ alcançou R\$ 127,7 milhões em 2009 e uma margem líquida² de 5,9%.

¹ O Ajuste pela Subvenção para Investimentos: Os números apresentados neste Relatório da Administração referentes às contas de receita líquida, lucro líquido e EBITDA se diferem dos números apresentados na tabela de Demonstração dos Resultados abaixo, pois foram ajustados. A estas contas foi somada a parcela referente à subvenção para investimentos que foi contabilizada como passivo circulante e que será reconhecida no resultado à medida que os investimentos obrigatórios em P&D relativos a esse montante sejam amortizados. O intuito desse ajuste é comunicar ao investidor como seriam os resultados considerando a totalidade da subvenção para investimentos incorrida no período.

² Em razão da Receita Líquida Ajustada.

4 – MERCADO DE CAPITALIS

Performance da Ações

Em 31 de dezembro de 2009, as ações da Positivo Informática estavam cotadas a R\$ 22,33, indicando um valor de mercado de R\$ 1,961 bilhão e representando uma expressiva valorização de 223,6% no ano, significativamente superior à performance do Ibovespa, que registrou valorização de 82,7% no mesmo período.



FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

A POSI3 está presente na carteira dos índices: IBRX-100, Itag (Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado), IGC (Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada), INDX (Índice do Setor Industrial), IVBX2 (Índice Valor Bovespa – 2ª linha) e SMLL (Índice de Ações Small Caps).

Dividendos

O Estatuto Social da Positivo Informática determina que, pelo menos, 25% do lucro líquido contábil da companhia deve ser distribuído como dividendo anual obrigatório. Foram pagos ao longo de 2008 e de 2009 proventos em dinheiro no valor líquido de R\$ 41,1 milhões, referentes aos resultados de 2008, representando *payout* de 27,9% sobre o lucro líquido ajustado. Será proposta à Assembléia Geral Ordinária, a ser realizada em 27/04/2010, a distribuição de R\$ 50,0 milhões na forma de dividendos relativos ao resultado de 2009, o que representa *payout* de 39,1% sobre o lucro líquido ajustado. O pagamento será em duas parcelas iguais e está previsto para 31/07/2010 e 30/11/2010, sem correção monetária.

5 - INVESTIMENTOS

Em 2009, foram realizados investimentos em ativo fixo no total de R\$ 33,3 milhões, os quais foram direcionados principalmente ao projeto ERP, que entrou em operação em 1º de outubro, e em pesquisa e desenvolvimento. No mesmo período, o montante total investido nas atividades de pesquisa e desenvolvimento atingiu R\$ 24,6 milhões. Adicionalmente, no final de 2009, foram realizados investimentos em ampliação de capacidade produtiva nas fábricas de PCs e de placas.

6 - COLABORADORES

Em 31 de dezembro de 2009, a Positivo Informática contava com 5.871 colaboradores, representando aumento de 53,9% com relação ao ano anterior, em função das novas unidades de negócio, do aumento das verticalizações e das boas perspectivas para o mercado brasileiro de computadores em 2010. Ao final de 2008, a companhia contava com 3.815 colaboradores.

7 – EVENTOS SOCIETÁRIOS

Em 18 de dezembro de 2009, A Positivo Informática, por meio de sua controlada Positivo Informática da Bahia Ltda., adquiriu, por R\$ 5,5 milhões, a totalidade das quotas da Boreo Comércio de Equipamentos Ltda., que atua no ramo de equipamentos de informática e é detentora da marca Kennex. Adicionalmente, foi realizado aumento de capital na Boreo no valor de R\$ 6,5 milhões, com vistas à reversão de seu patrimônio líquido negativo.

A aquisição vem de encontro com o objetivo de consolidar a liderança da Positivo Informática no mercado de varejo, posição que ocupa há 5 anos consecutivos, e de ampliar sua distribuição nas principais redes varejistas do país, nas quais a marca Kennex possui presença consolidada nas vendas de computadores.

8 - RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 358, informamos que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras prestados pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, foram contratados serviços de consultoria tributária e de Due Diligence na Boreo Comércio de Equipamentos Ltda., representando 53,9% do total de honorários pagos à Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

9 – DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.

10 – CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante no Estatuto Social.



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

ANEXO B – PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES¹⁴

Aos
Conselheiros de Administração e Diretores da
POSITIVO INFORMÁTICA S.A.
Curitiba – PR

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Positivo Informática S.A., individual e consolidado, levantados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Positivo Informática S.A. em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os fluxos de caixa e os valores adicionados referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Curitiba, 04 de março de 2010.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes
CRC n.º 2 SP-011.609/O-8 F-PR

**Cosme dos
Santos**

Contador
CRC n.º 1 RJ-078.160/O-8 T-PR

¹⁴FONTE: Informações Financeiras Positivo Informática S.A. **Informações financeiras Positivo Informática S.A.** Disponível em <<http://www.positivoinformatica.com.br/ri/>> Acesso em: 28 de julho de 2010



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

ANEXO C – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DETALHADAS¹⁵

POSITIVO INFORMÁTICA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Controladora e Consolidado)

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2009	2008	2009	2008			2009	2008		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalente de caixa	4	7.648	18.833	7.714	19.060	Fornecedores	13	338.865	299.548	355.266	302.101
Contas a receber	5	407.373	430.189	409.702	434.439	Empréstimos - Terceiros	14	69.525	48.975	69.529	48.975
Partes relacionadas	9	258	740	258	740	Salários e encargos a pagar		21.811	18.176	22.226	18.333
Estoques	6	561.983	447.136	579.953	453.956	Provisões	15	132.096	80.655	133.226	80.880
Impostos a recuperar	7	87.896	102.079	88.268	102.082	Tributos a recolher	16	5.435	25.339	6.784	25.434
Adiantamentos diversos		7.036	4.457	7.652	4.470	Tributos diferidos	18	12.177	19.718	12.177	19.726
Tributos Diferidos	18	67.356	29.861	67.429	29.865	Dividendos a pagar	20f	50.000	-	50.000	-
Outros créditos	8	11.362	19.998	11.362	19.998	Receita diferida	7 e 17	20.045	11.025	20.045	11.025
		<u>1.150.912</u>	<u>1.053.293</u>	<u>1.172.338</u>	<u>1.064.610</u>	Partes relacionadas	9	572	50.781	572	50.382
						Adiantamento de clientes		2.841	-	2.841	-
						Outras contas a pagar		4.764	9.323	10.449	9.323
								<u>658.131</u>	<u>563.540</u>	<u>683.215</u>	<u>566.179</u>
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo						Realizável a longo prazo					
Partes relacionadas	9	23.477	4.253	-	-	Fornecedores - Partes relacionadas	9	26.937	-	-	-
Tributos diferidos	18	15.246	6.100	15.346	6.100	Provisões	15	28.424	14.682	29.574	14.682
Outros créditos	8	45.072	-	45.163	-	Provisão para contingências	19	4.564	2.561	4.863	2.561
		<u>83.795</u>	<u>10.353</u>	<u>60.509</u>	<u>6.100</u>	Tributos diferidos	18	4.283	4.904	4.283	4.920
						Outras contas a pagar		1.600	2.800	1.600	2.800
								<u>65.808</u>	<u>24.947</u>	<u>40.320</u>	<u>24.963</u>
Permanente						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Investimentos	10	17.668	8.858	1.641	677	Capital Social	20.a	389.000	389.000	389.000	389.000
Imobilizado líquido	11	44.036	41.080	45.716	42.706	Reserva de capital	20.b	121.773	119.095	121.773	119.095
Intangível líquido	12	51.933	44.912	67.736	47.058	Reserva de lucros	20.c	151.758	100.040	151.758	100.040
		<u>113.637</u>	<u>94.850</u>	<u>115.093</u>	<u>90.441</u>	Ações em tesouraria	20.g	(38.126)	(38.126)	(38.126)	(38.126)
								<u>624.405</u>	<u>570.009</u>	<u>624.405</u>	<u>570.009</u>
TOTAL ATIVO		<u>1.348.344</u>	<u>1.158.496</u>	<u>1.347.940</u>	<u>1.161.151</u>	TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.348.344</u>	<u>1.158.496</u>	<u>1.347.940</u>	<u>1.161.151</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

¹⁵ Informações Financeiras Positivo Informática S.A. **Informações financeiras Positivo Informática S.A.** Disponível em <<http://www.positivoinformatica.com.br/ri/>>
Acesso em: 28 de julho de 2010

**FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS****POSITIVO INFORMÁTICA S.A.**

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Controladora e Consolidado)

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
RECEITA BRUTA DE VENDAS				
Venda de produtos	2.440.348	2.179.699	2.462.029	2.186.085
Venda de serviços	51.081	43.115	51.081	43.115
	2.491.429	2.222.814	2.513.110	2.229.200
DEDUÇÕES SOBRE VENDAS				
Devoluções e descontos comerciais	(53.031)	(54.228)	(54.926)	(54.228)
Impostos e contribuições	(283.509)	(246.848)	(287.201)	(247.557)
	(336.540)	(301.076)	(342.127)	(301.785)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	2.154.889	1.921.738	2.170.983	1.927.415
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	(1.566.106)	(1.381.780)	(1.567.886)	(1.386.517)
LUCRO BRUTO	588.783	539.958	603.097	540.898
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS				
Com vendas	(378.991)	(316.218)	(381.753)	(316.395)
Gerais e administrativas	(63.305)	(44.552)	(66.536)	(44.999)
Remuneração dos administradores	21 (12.442)	(10.521)	(12.442)	(10.521)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	4.637	(2.920)	4.556	(2.918)
Resultado da equivalência patrimonial	10 7.836	81	-	-
	(442.265)	(374.130)	(456.175)	(374.833)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	146.518	165.828	146.922	166.065
Receitas financeiras	22 23.330	110.619	23.458	110.628
Despesas financeiras	22 (73.477)	(82.841)	(73.572)	(82.848)
Variação cambial líquida	22 (44.149)	(46.341)	(43.599)	(46.560)
	(94.296)	(18.563)	(93.713)	(18.780)
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	52.222	147.265	53.209	147.285
Provisão para imposto de renda	18 8.735	(18.273)	7.947	(18.273)
Provisão para contribuição social	18 3.213	(6.749)	2.921	(6.749)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18 54.547	13.832	54.640	13.812
	66.495	(11.190)	65.508	(11.210)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	118.717	136.075	118.717	136.075
LUCRO POR AÇÃO - R\$	1,3521	1,5498	1,3521	1,5498

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



F U N D A Ç Ã O

GETULIO VARGAS

POSITIVO INFORMÁTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Controladora e Consolidado)

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Capital Social	Reservas de Subvenção	Opções Outorgadas Reconhecidas	Reservas de Lucros	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Total Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	152.737	354.568	184	-	(12.372)	27.254	522.371
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	-	136.075	136.075
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(32.081)	(32.081)
Ações em tesouraria	-	-	-	-	(25.754)	-	(25.754)
Aumento de capital com subvenção para investimento	236.263	(236.263)	-	-	-	-	-
Pagamento de juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(31.208)	(31.208)
Constituição reserva de lucros	-	-	-	100.040	-	(100.040)	-
Reserva de capital - Stock Options	-	-	606	-	-	-	606
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	389.000	118.305	790	100.040	(38.126)	-	570.009
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	-	118.717	118.717
Dividendos propostos (R\$ 0,582235 por ação)	-	-	-	-	-	(50.000)	(50.000)
Distribuição de dividendos 2008 (R\$ 0,197731 por ação)	-	-	-	(16.999)	-	-	(16.999)
Constituição reserva de lucros	-	-	-	68.717	-	(68.717)	-
Reserva de capital - Stock Options	-	-	2.078	-	-	-	2.078
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	389.000	118.305	3.468	151.758	(38.126)	-	624.405

**FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS****POSITIVO INFORMÁTICA S.A.****DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008**

(Controladora e Consolidado)

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Lucro líquido do exercício	118.717	136.075	118.717	136.075
Reconciliação do lucro líquido com o caixa obtido nas operações:				
Depreciação e amortização	20.722	19.369	21.355	19.520
Equivalência patrimonial	(7.837)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(54.547)	(13.832)	(54.640)	(13.812)
Baixa de ativo imobilizado	4.944	2.143	6.213	2.143
Baixa de investimento em P&D	12.312	3.564	12.312	3.564
Stock Options	2.679	606	2.679	606
	96.990	147.925	106.636	148.096
(Aumento) diminuição de ativos:				
Contas a receber de clientes	22.816	16.369	25.219	12.119
Estoques	(114.847)	(162.112)	(125.997)	(168.932)
Tributos a recuperar	14.183	(33.951)	13.814	(33.955)
Adiantamentos diversos	(2.579)	14.546	(3.182)	14.534
Outros créditos	(36.180)	(3.021)	(36.527)	(3.021)
Outros ativos	482	284	(482)	284
	(116.125)	(167.885)	(127.155)	(178.971)
Aumento (diminuição) de passivos:				
Fornecedores	39.317	25.105	53.265	27.260
Partes Relacionadas	26.937	-	-	-
Salários e encargos sociais	3.635	3.550	3.893	3.707
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	4.833	-	4.833
Impostos e contribuição a recolher	(19.904)	1.453	(18.650)	1.547
Provisões	67.186	31.987	69.540	32.212
Outras contas a pagar	(5.759)	13.509	(74)	17.762
Receita diferida	9.020	(11.025)	9.020	(11.025)
Outros passivos	3.414	14.692	3.412	14.693
	123.846	84.104	120.406	90.989
Caixa líquido obtido das (aplicados nas) atividades operacionais	104.711	64.144	99.887	60.114
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Aquisição de investimentos permanentes	(625)	(8.703)	(625)	(522)
Aquisição de bens do imobilizado	(10.007)	(31.939)	(10.196)	(41.772)
Aquisição de bens do intangível	(38.799)	(30.594)	(53.584)	(32.785)
	(49.431)	(71.236)	(64.405)	(75.079)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(49.431)	(71.236)	(64.405)	(75.079)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Empréstimos (pagos)/captados, líquido - Instituições Financeiras	19.978	34.983	19.982	34.983
Ações em tesouraria	-	(25.754)	-	(25.754)
Pagamento de lucros e dividendos	(17.000)	(63.293)	(17.000)	(63.293)
Empréstimos (pagos)/captados, líquido - Partes relacionadas	(69.433)	50.000	(49.810)	50.000
Integralização de capital - Investida	(10)	(8.100)	-	-
	(66.465)	(12.164)	(46.828)	(4.064)
Caixa líquido obtido (aplicado nas) atividades de financiamento	(66.465)	(12.164)	(46.828)	(4.064)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES NO EXERCÍCIO	(11.185)	(19.256)	(11.346)	(19.029)
CAIXA E EQUIVALENTES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	18.833	38.089	19.060	38.089
CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO EXERCÍCIO	7.648	18.833	7.714	19.060
Informações complementares:				
Pagamentos de juros	32.213	21.453	32.213	21.453

**FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS****POSITIVO INFORMÁTICA S.A.****DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008**

(Controladora e Consolidado)

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
1 - Receitas				
Vendas de produtos e serviços	2.491.429	2.222.814	2.513.110	2.229.200
Devoluções e descontos comerciais	(53.031)	(54.228)	(54.926)	(54.228)
Provisão (Reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(1.897)	168	(1.898)	168
Não operacional	7.296	5.505	7.304	5.505
	2.443.797	2.174.259	2.463.590	2.180.645
2 - Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	1.566.106	1.381.780	1.567.886	1.386.517
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	72.835	2.474	72.185	2.333
Comissões	53.841	58.485	54.914	58.485
Marketing	140.594	122.180	141.338	122.290
	1.833.376	1.564.919	1.836.323	1.569.625
3 - Valor adicionado bruto (1-2)	610.421	609.340	627.267	611.020
4 - Depreciação, amortização e exaustão	20.722	19.369	21.355	19.520
	20.722	19.369	21.355	19.520
5 - Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)	589.699	589.971	605.912	591.500
6 - Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	7.836	81	-	-
Receitas financeiras	23.332	81.335	23.460	81.345
	31.168	81.416	23.460	81.345
7 - Valor adicionado total a distribuir (5+6)	620.867	671.387	629.372	672.845
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	135.347	114.087	138.105	114.590
Impostos, taxas e contribuições	243.804	258.038	248.983	258.767
Remuneração de capitais de terceiros	122.999	99.898	123.567	100.124
Remuneração de capitais próprios	118.717	199.364	118.717	199.364
Juros sobre o capital próprio	-	31.208	-	31.208
Dividendos	50.000	32.081	50.000	32.081
Lucros retidos	68.717	136.075	68.717	136.075
8 - Valor adicionado total distribuído	620.867	671.387	629.372	672.845

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Positivo Informática S.A. (“Companhia”), fundada em 1989, possui um parque tecnológico de cinco unidades no município de Curitiba – PR, uma unidade no município de Ilhéus – BA, e duas controladas diretas, uma em Manaus – AM e outra em Ilhéus – BA. Em dezembro de 2009, por intermédio de sua controlada da Bahia, a Companhia adquiriu o controle acionário da Boreo Comércio de Equipamentos Ltda., detentora da marca de computadores Kennex, que possui sede em São Paulo – SP.

Tem como atividades preponderantes: a industrialização, comercialização e desenvolvimento de projetos na área de informática; industrialização, comercialização e locação de software e hardware; comercialização de equipamentos de informática, de sistemas de aplicação pedagógica e de administração escolar, planejamento e suporte técnico-pedagógico; representação, comercialização, implantação, treinamento e suporte, assistência técnica de equipamentos e de sistemas de ensino técnico, tecnológico e científico em diversas áreas e demais atividades correlatas.

Dentre os produtos fabricados e comercializados pela Companhia encontram-se: computadores de pequeno e médio porte, computadores portáteis, monitores, placas eletrônicas, mesas educacionais informatizadas, servidores e softwares educacionais.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), respeitando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei 11.638/2008 e Lei 11.941/2009.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo:

a) Caixa e equivalente de caixa: compreendem os saldos de caixa, bancos e as aplicações financeiras com prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento do exercício, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, conforme nota explicativa nº 4.

b) Contas a receber de clientes: são registradas pelo valor nominal dos títulos representativos destes créditos, sendo ajustados a valor presente. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é a melhor estimativa que a Administração da Companhia possui e seu montante é considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber, conforme descrito na nota explicativa nº 5.

c) Estoques: são avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, não sendo superiores ao custo de reposição e são inferiores ao valor líquido de realização. Os estoques importados em trânsito são reconhecidos a partir da data de saída dos produtos do fornecedor, por serem na condição de FOB. Com base nas análises do giro dos estoques a Administração registra provisão para estoques obsoletos, conforme descrito na nota explicativa nº 6.

d) Transações com partes relacionadas (saldos ativos, passivos e resultado): referem-se a operações de diversas naturezas e aquelas que incorporam encargos financeiros são calculadas e registradas pelo regime de competência, conforme descrito na nota explicativa nº 9.



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

- e) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos: são provisionados com base no lucro real determinado de acordo com a legislação tributária em vigor. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base nas alíquotas vigentes na data de sua constituição, conforme demonstrado na nota explicativa nº 18, sobre as diferenças temporárias entre o lucro contábil e o lucro para fins fiscais, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.
- f) Investimentos: os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, conforme demonstrado na nota explicativa nº 10. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição e deduzidos, quando aplicável, de provisão para ajuste ao valor de realização.
- g) Imobilizado: está demonstrado pelo custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11.
- h) Intangível: os gastos com projetos de desenvolvimento de novos produtos foram registrados e estão sendo amortizados pelo método linear substancialmente em 3 anos. Os saldos relativos a softwares são amortizados de acordo com a vida útil. O ágio gerado por investimentos em controladas está registrado e fundamentado conforme demonstrado na nota explicativa nº 12, não sendo amortizado.

A Companhia vem adotando procedimento de avaliar anualmente a redução ao valor realizável dos saldos do imobilizado e do intangível para verificar a existência de possíveis perdas consideradas permanentes e sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuro uma provisão é constituída.

- i) Empréstimos e financiamentos: são registrados pelos valores originais de captação, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros apropriados até as datas dos balanços, conforme nota explicativa nº 14.
- j) Ativos e passivos vinculados a moeda estrangeira ou sujeitos a atualização monetária: são convertidos ou atualizados com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas dos balanços e/ou pelos índices oficiais de atualização monetária.
- k) Uso de estimativas: a elaboração das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração utilize premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis. Ativos e Passivos significativos sujeitos a essas estimativas incluem a definição da vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangível, provisão para créditos de liquidação duvidosa, obsolescência dos estoques, imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências, provisão para garantias e assistências técnicas e provisões para verbas de propagandas cooperadas, valorização de instrumentos derivativos e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a subjetividade existente nas premissas utilizadas inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente.
- l) Plano de opção de compra de ações: a Companhia outorgou opções de compra de ações aos administradores, alguns funcionários e determinados prestadores de serviços, as quais somente poderão ser exercidas após prazos específicos de carência. Essas opções são valorizadas com base na data da outorga pelo seu valor justo, utilizando o método de cálculo Binomial e reconhecidas como despesa em contrapartida de reserva de capital no patrimônio líquido, denominada Opções Outorgadas Reconhecidas, à medida que o prazo do período de prestação de serviço seja cumprido, conforme detalhado na nota explicativa nº 25.



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

m) Ajuste a valor presente: para os saldos de ativos e passivos de longo prazo e para os relevantes de curto prazo, a Companhia apura o ajuste a valor presente. Para os recebimentos, a Companhia utiliza prazos médios praticados e a taxa média de captação. Para os pagamentos, os prazos médios praticados e a taxa WACC (Weighted Average Cost of Capital) da Companhia. Os efeitos decorrente desta apuração são registrados nas contas de receita e despesa financeira.

n) Apuração do resultado: o resultado é apurado pelo regime de competência e inclui rendimentos, encargos e variações cambiais às taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulante, bem como, quando aplicável, inclui os efeitos de ajustes de ativos para o valor de realização.

o) Reconhecimento das Receitas

- Produtos e Mercadorias para revenda: são reconhecidas no momento da transferência dos riscos e benefícios significativos da transação, assim como da propriedade dos referidos bens.

- Prestação de Serviços: referem-se principalmente às receitas com assistência técnica e capacitação de professores para acesso ao Portal Educacional e são reconhecidas mensalmente, quando da prestação dos respectivos serviços. Outros serviços incluem: locação de softwares e sistemas diversos, e suporte técnico.

p) Reconhecimento dos Custos e Despesas

- Custos dos Produtos e Mercadorias: compreendem os custos com aquisição de direitos autorais e licenças de uso, matérias-primas, embalagens, mão-de-obra direta e indireta de montagem dos produtos, gastos gerais de fabricação como: energia elétrica, água, conservação do parque industrial, depreciação dos ativos industriais e instalações do parque fabril.

- Custos dos Serviços: compreendem os custos com aquisição de matérias-primas para assistência técnica, mão-de-obra direta e indireta de assistência técnica, custos para capacitação de profissionais e serviços de terceiros.

q) Subvenção para investimentos e para custeio: conforme mencionado na nota explicativa nº 7, a Companhia goza de benefícios fiscais. A parcela correspondente à utilização dos benefícios fiscais relativa ao ICMS decorrentes da venda de produtos industrializados é reconhecida da seguinte forma:

- Como receita do exercício corrente, a parcela em que as obrigações de investimentos relacionadas ao Benefício foram plenamente atendidas;

- Mantida no passivo, sob a rubrica Receita Diferida, a parcela cuja obrigação de investimento ainda não foi plenamente atendida;

- Também mantida no passivo, sob a rubrica Receita Diferida, a parcela de investimento referente a um ativo amortizável. Esta parcela será reconhecida como receita ao longo do período da vida útil deste bem, na proporção de sua amortização.

- Como receita do exercício corrente, a parcela em que não há obrigação direta de investimento;

A parcela decorrente da revenda de produtos, por ser uma subvenção para custeio, é computada ao resultado do exercício.

Tanto a subvenção para custeio quanto a subvenção para investimento são computadas no resultado como receita na conta “Impostos e Contribuições”.

r) Lucro por ação: Calculado com base nas ações em circulação nas datas dos balanços.



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Foram preparadas de acordo com os princípios de consolidação previstos nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas emanadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As informações consolidadas incluem as demonstrações financeiras das controladas Positivo Informática da Amazônia Ltda. e Positivo Informática da Bahia Ltda..

Com a aquisição da Boreo Comércio de Equipamentos Ltda. em 18 de dezembro de 2009, foi consolidado o balanço patrimonial desta controlada indireta. A aquisição desta empresa foi motivada pela oportunidade de ampliar a distribuição da Positivo Informática na rede varejista, no estreitamento comercial não contratual, na possibilidade de vendas para clientes não habituais e a não concorrência. Adicionalmente, a Boreo é detentora da marca de computadores Kennex, que possui presença consolidada nas vendas de computadores no varejo. Tal aquisição foi realizada pela Positivo Informática da Bahia Ltda. pelo valor total de R\$ 12.000, dos quais R\$ 6.500 foram capitalizados e R\$ 5.500 liquidados em janeiro de 2010. Em 31 de dezembro de 2009 os ativos adquiridos e passivos assumidos foram consolidados nas demonstrações financeiras do exercício. Esta operação de compra gerou um ágio de R\$ 14.173, registrado na adquirente e fundamentado na expectativa de geração de rentabilidade futura.

Os principais saldos contábeis do balanço patrimonial da controlada indireta Boreo Comércio de Equipamentos Ltda, são representados a seguir:

	Balanço Patrimonial 2009	
Ativo		
Circulante	232	
Não Circulante	191	
	423	
Passivo		
Circulante	1.104	
Não Circulante	1.492	
Passivo a Descoberto	(2.173)	
	423	
	Participação %	
	2009	2008
Controladas Diretas		
Positivo Informática da Amazônia Ltda.	100	100
Positivo Informática da Bahia Ltda.	100	100
Controlada Indireta		
Investida da Positivo Informática da Bahia		
Boreo Comércio de Equipamentos Ltda.	100	-

Na consolidação foram eliminados os investimentos da Controladora com o patrimônio líquido das controladas, bem como os saldos de ativos, passivos, receitas, custos e despesas decorrentes de operações entre as Companhias, de forma que as informações consolidadas representem efetivamente os saldos de transações com terceiros. As controladas seguem as práticas contábeis adotadas pela controladora.

**FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS**

Em 2009 os exercícios sociais das controladas incluídas no consolidado são coincidentes com os da controladora e as práticas contábeis aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Em 2008, o demonstrativo de resultado da controlada direta Positivo da Amazônia Ltda compreende 3 meses de operação.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Caixa	3	8	3	8
Bancos	7.592	12.061	7.658	12.288
Aplicações Financeiras atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI	53	6.764	53	6.764
	7.648	18.833	7.714	19.060

5. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
A vencer	378.580	364.481	380.659	368.731
Vencidos até 30 dias	27.935	1.366	28.096	1.366
Vencidos de 31 a 60 dias	3.976	10.696	3.976	10.696
Vencidos de 61 a 90 dias	8.934	13.678	9.027	13.678
Vencidos de 91 a 180 dias	4.501	19.861	4.501	19.861
Vencidos de 181 a 360 dias	3.721	8.806	3.721	8.806
Vencidos há mais de 361 dias	6.548	20.850	6.548	20.850
Provisão para Créditos de liquidação duvidosa	(6.603)	(4.978)	(6.607)	(4.978)
(-) Ajuste a Valor Presente	(20.219)	(4.571)	(20.219)	(4.571)
	407.373	430.189	409.702	434.439

Os saldos vencidos referem-se substancialmente à venda de mercadorias a três órgãos públicos, cujo recebimento depende de processo interno de aprovação de pagamento pelos referidos órgãos. Historicamente, essa situação de atraso no processo de pagamento é uma característica normal nesse segmento de vendas, previsto pela Administração dentro de sua estratégia de negócios, e nunca trouxe perdas relevantes para a Companhia. Portanto, os saldos vencidos ainda não representam neste momento nenhum risco relevante de perda no recebimento desses créditos e por esse motivo nenhuma provisão foi registrada.

Critério para estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa - devido à concentração das vendas em poucos clientes (os 20 maiores clientes representam cerca de 80% do montante a receber em 31 de dezembro de 2009, e cerca de 84% em 31 de dezembro de 2008), a Companhia avalia a necessidade de provisão para perdas com créditos substancialmente através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas históricas destes créditos. Em 31 de dezembro de 2009 o saldo consolidado desta provisão totalizou R\$ 6.607 (R\$ 4.978 em 31 de dezembro de 2008).

**FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS**

A Companhia possui R\$ 43.761 referente a contratos de arrendamento mercantil financeiro, dos quais R\$ 8.700 foram registrados no contas a receber de curto prazo. O montante de R\$ 35.061 foi registrado no longo prazo, conforme descrito na nota explicativa nº 8.

6. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Produtos	95.666	95.580	97.133	97.154
Materiais	307.283	231.569	317.788	236.814
Importações em andamento	148.534	71.125	154.197	71.126
Licenças de uso	13.665	9.382	14.074	9.382
Adiantamentos a fornecedores	46.079	42.976	46.079	42.976
Provisão para estoques obsoletos	(49.244)	(3.496)	(49.318)	(3.496)
	561.983	447.136	579.953	453.956

A provisão de obsolescência para estoques é realizada com base na avaliação das matérias primas, estoques de revendas e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda. A base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
IPI	23.894	47.784	23.895	47.784
COFINS	18.053	29.003	18.106	29.006
Imposto de renda	17.905	10.084	17.934	10.084
PIS	4.779	6.446	4.790	6.446
Contribuição social	5.928	4.689	5.929	4.689
ICMS	15.938	2.823	16.205	2.823
Outros impostos a recuperar	1.399	1.250	1.409	1.250
	87.896	102.079	88.268	102.082

ICMS

A Companhia utiliza os seguintes benefícios de Impostos Sobre Circulação de Mercadorias - ICMS:

(i) Lei Estadual no. 13.214/2001 e referendada pela Lei Estadual nº 15.542/2007, que estabelece redução para 7% na carga tributária dos produtos de informática para vendas dentro do estado;

(ii) Decreto Estadual nº 5.375/2002, confirmado por Termo de Acordo de Regime Especial, que possibilita a utilização de crédito presumido do ICMS, resultando em carga tributária de 3% para produtos específicos comercializados pela Companhia.

Como resultado da fruição dos benefícios fiscais acima mencionados, no exercício de 2009, a Companhia registrou o montante de R\$ 241.329 (R\$ 190.638 em 31 de dezembro de 2008), relativo à subvenção para investimento, na conta de Deduções sobre Venda – Impostos e Contribuições, referente à venda de produtos industrializados e manteve o valor de R\$ 20.045 no passivo, sob a rubrica de Receita Diferida (R\$ 11.025 em 31 de dezembro de 2008), que será apropriado ao resultado em função da amortização dos ativos relacionados e

**FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS**

cumprimento de obrigações exigidas em contrapartida ao referido benefício fiscal, conforme previsto nas normas preconizadas no CPC 7, descrito na nota explicativa 2.q.

IPI

O crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI deve-se à utilização do benefício fiscal previsto na Lei nº 8.248/1991, que concedeu a isenção do IPI posteriormente convertida em redução progressiva, sobre as saídas dos equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos novos, inclusive aos de automação industrial e de processamento de dados de fabricação nacional, combinado com a manutenção e a utilização do crédito do IPI, relativo às matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, empregados na industrialização dos bens. A redução progressiva dos percentuais sobre o referido imposto devido, prevista em lei, obedece ao seguinte calendário:

- Redução de 95% (noventa e cinco por cento) do imposto devido, de 1º de janeiro de 2004 até 31 de dezembro de 2014.
- Redução de 90% (noventa por cento) do imposto devido, de 1º de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.
- Redução de 70% (setenta por cento) do imposto devido, de 1º de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2019, quando será extinta a redução.

Para usufruir o referido benefício, a Companhia deve investir anualmente cerca de 5% do faturamento bruto de bens e serviços de informática incentivados, em atividades de pesquisa e desenvolvimento e tecnologia de informação calculados de acordo com a Lei nº 8.248/1991 e suas alterações. A Companhia anualmente deve apresentar ao Ministério da Ciência e Tecnologia evidências de que cumpre essa exigência de investimento, o que tem sido feito anualmente nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008.

8. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Arrendamento financeiro	35.061	-	35.061	-
Despesa antecipada de propaganda	17.981	13.987	17.981	13.987
Juros a apropriar	133	3.751	133	3.751
Outros	3.259	2.260	3.350	2.260
	56.434	19.998	56.525	19.998
Pacula no circulante	11.362	19.998	11.362	19.998
Parcela no não circulante	45.072	-	45.163	-

Em 31 de dezembro de 2009 a Companhia possui créditos a serem compensados com gastos de propaganda e publicidade, no valor de R\$ 6.346 (R\$ 10.022 em 31 de dezembro de 2008), registrados na conta de despesa antecipada de propaganda. A Administração considera que a realização deverá ser até 2013 e contabilizou o ajuste a valor presente sobre o saldo.

A Controladora possui R\$ 43.761 em contratos de aluguel de equipamentos de informática que no julgamento da Administração com base no CPC 06, se enquadram como arrendamento mercantil financeiro. Estes contratos possuem prazo de duração de 4 anos, sem cláusulas de renovação, opção de venda ou reajustamento. Em 31 de dezembro de 2009 o saldo registrado no longo prazo é de R\$ 35.061.



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

Para atender aos novos requerimentos de registro de transações com essas características, a Companhia registrou estes ativos como créditos a receber de longo prazo e contas a receber de curto prazo.

Os contratos foram registrados a valor presente dos recebimentos futuros mínimos. A Companhia reconhecerá como receita financeira de arrendamento mercantil financeiro os encargos futuros conforme o recebimento das parcelas.

9. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

		Controladora								
		Ativo		Passivo		Vendas		Compras e serviços		
		2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	
Circulante										
Centro de Estudos Superiores Positivo	(a)	16	6	-	-	1.394	615	-	(f)	2.816
Sociedade Educacional Ltda.	(a)	38	65	-	-	339	639	543	-	-
Editora Positivo Ltda.	(a)	167	207	22	34	9.828	(b) 3.597	244	(d)	304
Gráfica e Editora Posigraf S.A.	(a)	37	258	-	69	51	(b) 8.199	1.033	(c)	2.299
Positivo Informática da Amazônia Ltda	(a)	-	204	-	-	-	231	-	-	-
Rosch Administração de Bens Ltda	(e)	-	-	550	296	-	-	-	5.076	3.109
Central administrativa	(j)	-	-	-	-	-	-	2.260	-	3.534
Acionistas Controladores	(l)	-	-	-	50.382	-	-	-	-	-
		258	740	572	50.781	11.612	13.281	9.156	-	12.062
Não circulante										
Editora Positivo Ltda.		39	-	-	-	-	-	-	-	-
Positivo Informática da Bahia Ltda	(k)	6.533	-	-	-	-	-	-	-	-
Positivo Informática da Amazônia Ltda.	(i)	16.905	4.253	26.937	-	4.575	(g)	39.890	(h)	-
		23.477	4.253	26.937	-	4.575	-	39.890	-	-
		23.735	4.993	27.509	50.781	16.187	13.281	49.046	-	12.062

a) Venda de micro-computadores

São transações de comercialização de micro-computadores produzidos pela Companhia. Os preços praticados seguem políticas de preços e prazos definidos entre as partes. A Companhia realiza vendas de micro computadores para todas as partes relacionadas.

Gráfica e Editora Posigraf S.A.

b) Direitos autorais

Os Direitos Autorais são referentes à disponibilização, pela Positivo Informática S.A., de acessos ao sítio na internet denominado “Portal Positivo” aos clientes indicados pela Gráfica e Editora Posigraf S.A., bem como o fornecimento da matriz de CD-ROMs com conteúdos educacionais. A Companhia disponibilizará o acesso ao “Portal Positivo” para todas as instituições conveniadas pela Posigraf ao Sistema Positivo de Ensino, denominado SPE.

Conforme contrato, pela cessão desses direitos, a Companhia recebe remuneração específica no montante de R\$ 629 por mês. Tais receitas são registradas dentro do grupo de receita bruta. Os preços deste contrato foram definidos internamente em 2003 e desde então o mesmo vem sofrendo reajustes anuais com base na inflação.

A partir do segundo semestre de 2008 os direitos sobre o contrato de direitos autorais foram transferidos para a Editora Positivo, mantendo-se todas as condições então vigentes.

c) Produtos e serviços gráficos

Referem-se à compras de produtos e serviços gráficos.

Editora Positivo Ltda.

d) Serviços editoriais

Referem-se à contratação de serviços editoriais. Estes serviços editoriais são aplicados nos produtos gráficos produzidos pela Gráfica e Editora Posigraf S.A. e demais gráficas contratadas pela Companhia.

Rosch Administradora de Bens Ltda.

e) Aluguel



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

A Companhia possui contrato de aluguel de unidades industriais com parte relacionada que expira a cada seis anos no valor mensal de R\$ 550. O valor, que até junho de 2009 era de R\$ 296, foi reajustado conforme aditivos contratuais em função de ampliação das áreas construídas proporcionando aumento da capacidade produtiva, benfeitorias realizadas pela locadora e extensão do prazo de contrato de locação.

Centro de Estudos Superiores Positivo

f) Convênio

A Companhia firmou convênio com a Universidade Positivo referente ao programa de cooperação e intercâmbio científico e tecnológico, amparado pela legislação brasileira, Lei 11.077/04 e decreto nº 5.906/06, relativa à capacitação e competitividade do setor de tecnologia da informação, abrangendo atividades de pesquisa, desenvolvimento e serviços científicos e tecnológicos, formação e treinamento de recursos humanos, absorção e transferência de tecnologias, aprimoramento e otimização do uso da infra-estrutura laboratorial. Em 2008 o investimento em pesquisa e desenvolvimento, decorrente deste convênio com a Universidade foi de R\$ 2.816. Em 2009 não houve novos investimentos relacionados ao convênio.

Positivo Informática da Amazônia Ltda.

g) Mútuo

A Companhia mantém operações de mútuo com a Positivo Informática da Amazônia Ltda., com finalidade de capital de giro sem prazo definido para encerramento. Nos exercícios de 2008 e 2009 não houve cobrança de encargos sobre os saldos.

h) Venda

A Controladora mantém vendas para as Controladas de insumos para produção.

i) Compra

A Controladora mantém compra de produtos acabados da Controlada para posterior revenda a clientes.

Central Administrativa

j) Rateio de despesas

Rateio de despesas administrativas e serviços compartilhados com a Sociedade Educacional Positivo Ltda., Gráfica e Editora Posigraf S.A. e Editora Positivo Ltda.. Despesas estas relativas ao uso compartilhado do departamento de compras de materiais de expediente, departamento pessoal e departamento de informática, além de reembolso de aluguel, energia, água e telefone da sede onde funciona a área de Tecnologia Educacional. O valor do rateio é apurado pelo custo efetivo, rateado em função da utilização dos recursos disponíveis.

Positivo Informática da Bahia Ltda.

k) Mútuo

A Companhia realizou operações de mútuo com a Positivo Informática da Bahia Ltda. com a finalidade de viabilizar a aquisição da Boreo Equipamentos de Informática Ltda.. No exercício de 2009 não houve a cobrança de encargos sobre o saldo e não foi firmado prazo para encerramento.

Acionistas Controladores

l) Mútuo

A Companhia realizou no exercício de 2008 operações de mútuo com sócios controladores, com finalidade de capital de giro. O saldo, em aberto em 31 de dezembro de 2008, de R\$

**FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS**

50.382 era remunerado a 124% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, e foi liquidado durante o exercício de 2009.

10. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Participações em controladas (a)	16.027	8.181	-	-
Outros investimentos	1.641	677	1.641	677
	<u>17.668</u>	<u>8.858</u>	<u>1.641</u>	<u>677</u>

a) Participação em controladas

A Companhia constituiu em 06 de dezembro de 2007 a controlada direta Positivo Informática da Amazônia Ltda., cuja operação foi iniciada em outubro de 2008, com objeto social igual ao da controladora. Todo processo decisório é centralizado e os serviços financeiros, administrativos, contábeis e de controle são realizados pela Controladora.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, o capital social da Positivo Informática da Amazônia Ltda. é de R\$ 8.100.

Positivo Informática da Amazônia Ltda

	Controladora	
	2009	2008
Saldo do investimento no início do exercício	8.181	-
Aquisição de investimento/Integralização de capital	-	8.100
Resultado de equivalência patrimonial	<u>7.836</u>	<u>81</u>
Saldo do investimento no final do exercício	<u>16.017</u>	<u>8.181</u>

Em 08 de abril de 2008 a Companhia constituiu a controlada direta Positivo Informática da Bahia Ltda., que iniciou suas atividades em 2009. Durante o exercício, esta controlada direta realizou a aquisição da Boreo, conforme nota explicativa nº 3.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, o capital social da Positivo Informática da Bahia Ltda. é de R\$ 10.

Positivo Informática da Bahia Ltda

	Controladora
	<u>2009</u>
Saldo do investimento no início do exercício	-
Aquisição de investimento/Integralização de capital	<u>10</u>
Saldo do investimento no final do exercício	<u>10</u>



11. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação	Controladora			Consolidado		
		2009		2008	2009	2008	
		Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido		
Máquinas e equipamentos	10%	25.668	(3.729)	21.939	24.599	22.508	25.330
Hardware	20%	6.098	(3.263)	2.835	5.213	3.135	5.464
Benfeitorias	10%	5.329	(1.098)	4.231	3.985	4.231	3.982
Móveis e utensílios	10%	4.168	(1.233)	2.935	3.335	3.010	3.421
Instalações industriais	10%	2.380	(579)	1.801	1.885	1.990	2.449
Edificações	5%	2.000	(147)	1.853	2.011	1.853	2.008
Outros imobilizados	10%	8.900	(458)	8.442	52	8.989	52
		54.543	(10.507)	44.036	41.080	45.716	42.706

12. INTANGÍVEL

	Taxas anuais	Controladora			Consolidado		
		2009		2008	2009	2008	
		Custo corrigido	Amort. acum.	Líquido	Líquido		
Intangíveis com vida útil definida							
Projetos de Desenvolvimento	(a) 33%	37.666	(18.391)	19.275	19.381	19.275	19.451
Projetos Sistema - ERP	20%	32.088	(1.079)	31.009	12.185	31.009	12.185
Licenças de Uso	20%	5.289	(4.708)	581	7.970	581	7.970
Software	20%	2.891	(1.823)	1.068	4.191	1.094	4.224
Outros	-	-	-	-	1.185	1.604	3.228
		77.934	(26.001)	51.933	44.912	53.563	47.058
Intangíveis com vida útil indefinida							
Ágio	(b) -	-	-	-	-	14.173	-
		-	-	-	-	14.173	-
		77.934	(26.001)	51.933	44.912	67.736	47.058

a) Gastos com Desenvolvimento de Projetos

A Companhia se beneficia dos incentivos fiscais concedidos para os segmentos de informática e automação previstas na Lei nº 8.248/1991, conhecida como Lei da Informática, regulamentada pelo Decreto nº 792, de 23 de outubro de 1991. A referida Lei foi alterada pela Lei 10.176, de 11 de janeiro de 2001, regulamentada pelo Decreto 3.800, de 20 de abril de 2001, a qual no ano de 2004 foi novamente alterada pela Lei nº 11.077 de 30 de dezembro de 2004, regulamentado pelo Decreto 5.906/2006 de 26 de setembro de 2006.

Para fazer jus ao benefício, as empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática devem investir, anualmente, em atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informação a serem realizadas no país, percentual mínimo do seu faturamento. O cálculo do percentual mínimo a ser investido tem como base 5% do faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização de bens e serviços de informática incentivados na forma da Lei, sendo que, do faturamento bruto são deduzidos as vendas de mercadorias, os tributos correspondentes, bem como o valor das aquisições de produtos incentivados na forma da lei. Os percentuais para investimento tem sua base reduzida em 20% até 2014, complementada por redução adicional de 50% até 31 de dezembro de 2009. A partir de 01 de janeiro de 2010 a redução adicional é alterada para 25%, com vigência até 31 de dezembro de 2014. Até 31 de dezembro de 2009 foram investidos R\$ 21.714 (R\$ 17.733 em 31 de dezembro de 2008) não restando nada a investir referente à obrigação de 2008. A obrigação de investimentos relativa ao período findo em 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 30.496. Os dispêndios são aplicados no aperfeiçoamento dos produtos existentes e no



**FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS**

desenvolvimento de novos produtos, compreendem essencialmente: mão-de-obra direta e indireta, encargos, softwares, serviços de consultoria, materiais, infra-estrutura, viagens, e outros correlatos.

Os investimentos estão divididos em Projetos de Portal Educacional e de Mesas Educacionais, sendo que a amortização dos mesmos foi fixada substancialmente em 3 anos com base no histórico de vida útil, como seguem:

	Controladora		Consolidado			
	2009	2008	2009	2008		
	Custo corrigido	Amort. acum.	Líquido	Líquido		
Projeto Portal Educacional	35.118	(15.843)	19.275	17.693	19.275	17.763
Projeto Mesas Educacionais	2.548	(2.548)	-	1.688	-	1.688
	37.666	(18.391)	19.275	19.381	19.275	19.451

A amortização destes projetos foi contabilizada na conta de custo dos produtos vendidos.

b) **Ágio**

Em dezembro de 2009 a controlada Positivo Informática da Bahia formalizou a aquisição da empresa Boreo Comércio de Equipamentos Ltda., gerando um ágio de R\$ 14.173, registrado na adquirente e fundamentado na expectativa de geração de rentabilidade futura, conforme nota explicativa nº 3.

13. **FORNECEDORES**

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Fornecedores - mercado interno	68.658	54.720	72.437	56.333
Fornecedores - mercado externo	239.695	224.157	248.668	224.604
Direitos autorais e licenças de uso a pagar	32.469	25.018	36.218	25.511
Juros a apropriar AVP Fornecedores	(1.957)	(4.347)	(1.957)	(4.347)
	338.865	299.548	355.366	302.101

Os Direitos autorais e licenças de uso a pagar, representam obrigação pela aquisição de uso de direito de softwares da Microsoft. Tais direitos estão formalizados através de license agreement celebrados entre as partes e são renovados periodicamente.

14. **EMPRÉSTIMOS**

	Taxas %	Vencimento	Garantias	Controladora		Consolidado	
				2009	2008	2009	2008
Passivo Circulante							
Capital de Giro	CDI + 0,50% a.m.	30 dias	Nota promissória	-	46.227	-	46.227
Capital de Giro	149% do CDI	30 dias	Nota promissória	-	456	-	456
Capital de Giro	13% a.a.	12/4/2010	Nota promissória	32.768	-	32.768	-
Capital de Giro	114% do CDI	15/3/2010	Nota promissória	20.165	-	20.165	-
Capital de Giro	113% do CDI	15/3/2010	Nota promissória	15.136	-	15.140	-
Arrendamento Mercantil (a)	CDI + 3,80% a.a.	36 meses	-	1.456	2.292	1.456	2.292
Total de empréstimos e financiamentos				69.525	48.975	69.529	48.975



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

a) Arrendamento Mercantil

Proveniente de Arrendamento Mercantil de equipamentos e serviços conexos para utilização no projeto ERP. Os equipamentos foram registrados no Ativo Imobilizado da Companhia ao seu valor justo e estão sendo depreciados pelo seu uso. O contrato prevê a opção ao final do contrato de compra dos equipamentos por valor simbólico.

15. PROVISÕES DE CURTO E LONGO PRAZO

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Passivo Circulante				
Provisão para garantias e assistência técnica	39.352	29.871	39.845	29.871
Provisão para VPC	42.143	24.776	42.214	24.376
Provisão para comissões	27.755	17.815	27.785	17.815
Provisão para Rebate	11.239	4.000	11.239	4.000
Provisão para fretes	5.651	246	6.086	313
Outras provisões	5.956	3.947	6.057	4.505
Sub-total	132.096	80.655	133.226	80.880
Passivo Não Circulante				
Provisão para garantias e assistência técnica LP	28.424	14.682	29.574	14.682
	160.520	95.337	162.800	95.562

a) Provisão para garantias e assistência técnica

Com base no número de computadores em garantia e no prazo de cada garantia concedida sobre estas máquinas e, adicionalmente em função do histórico recente de frequência de atendimentos por máquina e do custo médio por atendimento de assistência técnica, estimou-se o valor da provisão necessária para fazer frente à obrigação total assumida, em relação aos equipamentos em garantia nas respectivas datas base.

b) Provisão para VPC – Verba de Propaganda Cooperada

Os valores provisionados como verba de propaganda cooperada são calculados com base em percentuais acordados entre as partes e se trata de verbas para inserções promocionais e exposição dos produtos da Companhia. Os percentuais dessa verba são negociados individualmente com cada cliente.

c) Provisão para comissões

A provisão para comissões é calculada tomando-se por base o percentual individual de comissões registradas nos pedidos de vendas, aplicadas sobre as faturas emitidas, deduzidas da parcela já paga aos representantes.

d) Provisão para rebate

Os valores provisionados como rebate, são calculados com base em percentuais históricos e demandas adicionais. Os valores dessa verba são negociados individualmente com cada cliente.

**FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS****16. TRIBUTOS A RECOLHER**

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
COFINS	629	3.020	655	3.068
PIS	137	656	248	666
IRRF	1.139	2.237	1.186	2.255
Imposto de Renda e Contribuição social a recolher	3.361	19.018	4.444	19.018
Outros impostos e contribuições	169	408	251	427
	5.435	25.339	6.784	25.434

Com base nas vendas efetuadas a Órgãos Governamentais e não recebidas, a Companhia calculou Contribuição para o PIS/PASEP e para o COFINS no regime não cumulativo. Os recolhimentos de PIS e COFINS foram diferidos e ocorrerão quando dos recebimentos efetivos de vendas aos Órgãos Públicos, conforme autorizado pela legislação vigente.

17. RECEITA DIFERIDA

Refere-se à parcela da Subvenção para Investimento cuja obrigação de investimento não foi plenamente atendida conforme mencionado na nota nº 7.

Como resultado da fruição dos benefícios fiscais de ICMS no exercício de 2009, a Companhia registrou o montante de R\$ 20.045 no passivo, sob a rubrica de Receita Diferida (R\$ 11.025 em 31 de dezembro de 2008), que será apropriado ao resultado em função da amortização dos ativos relacionados e cumprimento de obrigações exigidas em contrapartida ao referido benefício fiscal, conforme previsto nas normas preconizadas no CPC 7.

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – CORRENTE E DIFERIDO**a) Diferido**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, ativo e passivo, foram constituídos considerando as alíquotas vigentes em 31 de dezembro de 2009 e 2008 e apresentam a seguinte composição:

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Imposto de renda diferido e Contribuição social				
Provisão para garantia ASTEC	23.042	15.148	23.042	15.148
Estoques Obsoletos	19.388	315	19.388	315
Provisão para VPC	14.329	8.424	14.329	8.076
Provisão para Comissões	9.437	6.057	9.437	6.057
Rebate	3.822	1.360	3.822	1.360
AVP	2.339	-	2.339	-
Fretes	1.922	84	1.922	84
Contingências tributárias, trabalhistas e cíveis	1.552	-	1.552	-
Outras diferenças temporárias	6.771	4.573	6.944	4.925
	82.602	35.961	82.775	35.965
Parcela de curto prazo	67.356	29.861	67.429	29.865
Parcela de longo prazo	15.246	6.100	15.346	6.100

O registro do crédito tributário está suportado pelos planos de negócios da Companhia, os quais consideram a ampliação das atividades comerciais que demonstra lucros tributáveis em

**FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS**

exercícios futuros, em montantes suficientes para a realização de tais valores, além da decisão da Administração de distribuir dividendos, em níveis dos montantes distribuídos historicamente, utilizando parte da receita de subvenção para investimentos, o que irá gerar lucro tributável suficiente para compensar o referido crédito tributário diferido.

Anualmente a Administração reavalia o resultado efetivo desses planos de negócios na geração de lucros tributáveis e, conseqüentemente, reavalia a expectativa de realização desses créditos tributários.

Passivo	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Imposto de renda diferido				
Vendas a órgãos governamentais	10.036	20.151	10.036	20.175
Projetos de Desenvolvimento de produtos	6.424	7.319	6.424	7.319
Varição cambial por regime de caixa	-	(3.686)	-	(3.686)
Ajuste AVP	-	838	-	838
	<u>16.460</u>	<u>24.622</u>	<u>16.460</u>	<u>24.646</u>
Parcela de curto prazo	12.177	19.718	12.177	19.726
Parcela de longo prazo	4.283	4.904	4.283	4.920

Os tributos diferidos passivos referem-se a: (i) diferimento de contas a receber de órgãos governamentais e, (ii) incentivo fiscal introduzido pela Lei nº 10.637/2002 e posteriormente alterado pela Lei nº 11.196/2006, que possibilita a dedutibilidade dos gastos com projetos de Desenvolvimento por regime de caixa para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social. Tal incentivo é direcionado ao ramo de negócio da Companhia e refere-se aos gastos com projetos de Desenvolvimentos de produtos registrados no ativo intangível. O valor dos impostos diferidos será revertido na medida em que os projetos forem amortizados.

b) Corrente

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro:

19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui contingências que estão sendo discutidas judicialmente, que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis. A administração da Companhia acredita que a solução dessas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado, que corresponde aos valores das ações consideradas como “perdas prováveis”.

	Controladora				Consolidado			
	2009	Constituição de Provisão	Baixa por pagamento	2008	2009	Constituição de Provisão	Baixa por pagamento	2008
Cível	1.661	5.931	(5.729)	1.459	1.961	6.231	(5.729)	1.459
Tributária	2.430	1.546	-	884	2.430	1.546	-	884
Trabalhista	473	561	(306)	218	472	560	(306)	218
	<u>4.564</u>	<u>8.038</u>	<u>(6.035)</u>	<u>2.561</u>	<u>4.863</u>	<u>8.337</u>	<u>(6.035)</u>	<u>2.561</u>

Referem-se basicamente à:

Cível – Processos judiciais em que são discutidas questões de natureza comercial ou cível.

**FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS**

Tributária – Processos administrativos e judiciais envolvendo a discussão da legalidade ou constitucionalidade das exigências de impostos, taxas e contribuições de competência municipal, estadual e federal.

Trabalhista – Processos judiciais em que são discutidas indenizações de cunho trabalhista.

Perda Possível

Os valores das contingências, consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, para os quais nenhuma provisão foi constituída conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, são demonstrados conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2009	2008
Tributárias		
ICMS (a)	21.403	14.717
Outros	1.643	493
Trabalhista		
Empregados (b)	5.023	4.201
Cíveis		
Órgão Público (c)	5.804	4.941
Consumidor (d)	12.840	5.406
	46.713	29.758

a) ICMS

a.1) A Secretaria da Receita Estadual do Estado de São Paulo, através de auto de infração questiona crédito de ICMS sobre operação de remessa para conserto, por conta de inobservância de obrigação acessória. Em 09 de setembro de 2009 o TIT (Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo) entendeu que a multa foi abusiva e reduziu para 50% do valor do crédito. Com tal redução, houve nova capitulação legal da multa, com alteração do Auto de Infração, o que reabriu prazo para nova defesa, tendo o processo retornado para a primeira instância administrativa para discussão com relação à nova capitulação legal da multa.

a.2) A Companhia apropria-se de crédito do ICMS sobre as operações com produtos remetidos por contribuintes localizados em áreas incentivadas para a unidade de Curitiba, nos termos dos artigos 22 e 23 do Regulamento do ICMS do Estado do Paraná, aprovado pelo decreto estadual nº 1.980/2007. Estes créditos podem ser passíveis de questionamento pela Secretaria da Fazenda do Paraná, em função do decreto estadual 2.131/2008 e ampliado pelo decreto 5.596/2009. Com a referida ampliação do decreto estadual 2.131/2008, o risco de questionamento foi ampliado para todas as compras realizadas via estados incentivados, que estejam incluídos no decreto 5.596/2009. A Companhia, em conjunto com os seus assessores jurídicos, entende que existem fortes argumentos jurídicos que sustentam a apropriação do crédito de acordo com a legislação regente e jurisprudência em caso de eventual questionamento pela fiscalização.

b) Trabalhista – Processos judiciais em que são discutidas indenizações de cunho trabalhista.

c) Órgãos Públicos

**FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS**

c.1) Ministério Público: Refere-se a Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, onde se discute a legalidade de Ato Administrativo praticado pelo Prefeito Municipal de Porto Ferreira, relativo a aquisição de mesas educacionais da Companhia, com dispensa de licitações.

c.2) Tribunal de Contas da União – TCU: Processo em julgamento onde o Tribunal de Contas da União TCU analisa a regularidade ou não do reequilíbrio financeiro concedido pela Companhia de Correios e Telégrafos – ECT ao Consórcio Alpha, formado pela Companhia e pela Novadata Sistemas e Computadores S.A.

d) Consumidor: São causas relacionadas à reivindicações movidas pelos consumidores finais sobre produtos e serviços prestados, pleiteando substancialmente a substituição do produto ou a devolução dos valores pagos.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O Capital Social é de R\$ 389.000. O total de ações da Companhia é de 87.800.000, sendo todas de classe ordinária, distribuídas como segue:

<u>Acionistas</u>	<u>de ações (unidades)</u>
Controladores e partes relacionadas	62.093.094
Não controladores, partes relacionadas e diretores	22.527
Ações em tesouraria	1.824.500
Ações em circulação	<u>23.859.879</u>
	<u>87.800.000</u>

Com base na Ata da Reunião de sócios, realizada em 17 de agosto de 2006, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária e de decisão de assembléia, mediante simples deliberação do Conselho de Administração, até o limite do capital autorizado da Companhia de 4.500.000 novas ações ordinárias, sem valor nominal definido.

b) Reserva de capital

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Reservas de Benefício das opções <i>Stock Option</i>	3.468	790	3.468	963
Reservas de Subvenção para investimentos	<u>118.305</u>	<u>118.305</u>	<u>118.305</u>	<u>118.132</u>
	<u>121.773</u>	<u>119.095</u>	<u>121.773</u>	<u>119.095</u>

c) Reserva de lucro



	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Reservas de Subvenção p/ Incentivos Fiscais	151.677	82.960	151.677	82.960
Reserva de lucros	81	17.080	81	17.080
	<u>151.758</u>	<u>100.040</u>	<u>151.758</u>	<u>100.040</u>

d) Reservas de subvenção para investimentos

Conforme mencionado na nota explicativa nº 6, os valores registrados nesta conta referem-se ao incentivo fiscal de ICMS, em conformidade com o Decreto Estadual nº 5.375/2002, este confirmado por Termo de Acordo de Regime Especial que possibilita a utilização de crédito presumido do ICMS, resultando em carga tributária de 3%. Segundo a legislação do Imposto de Renda, a Reserva de Capital constituída apenas pode ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital, não podendo ser distribuída como dividendos, por tratar-se de um benefício do Estado à Companhia para uma atividade específica.

e) Apropriação do Lucro

Do lucro líquido do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados. Sobre o lucro remanescente, será calculada a participação estatutária dos administradores, até o limite máximo legal, conforme previsto no artigo 152, § 1º da Lei nº 6.404/76, e a reserva legal de 5%, que não excederá 20% do capital social. Em 2009 não foi constituída a Reserva Legal, devido a Reserva de Capital exceder 30% do Capital Social conforme artigo 193, § 1º da Lei nº 6.404/76. O saldo remanescente foi transferido para a conta de Reserva de Lucros, de acordo com a proposição da administração.

f) Dividendos

Conforme ata da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de março de 2008, a Companhia poderá levantar balanços semestrais ou intermediários; deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado naqueles balanços; declarar dividendos intermediários a débito da conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes naqueles balanços ou no último balanço anual; poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio, ad referendum da Assembléia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, sendo que os dividendos intercalares ou intermediários e os juros sobre o capital próprio deverão ser sempre imputados ao dividendo obrigatório.

A Assembléia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2009 deliberou a distribuição dos dividendos propostos no exercício de 2008 no valor de R\$ 17.000, o que equivale a um valor de R\$ 0,19773075 por ação, que foram pagos aos acionistas, em duas parcelas iguais, sendo que a primeira parcela foi paga em 31 de julho de 2009 e a segunda parcela foi paga em 30 de dezembro 2009, sem correção monetária, consignando-se, nos termos do artigo 134, §4º, da Lei nº das S.A..



	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Lucro Líquido do Exercício	118.717	136.075
(-) Reserva de incentivos fiscais - Subvenção para investimento	<u>(68.717)</u>	<u>(82.960)</u>
Saldo de (prejuízo) lucro líquido disponível para distribuição	<u>50.000</u>	<u>53.115</u>
Dividendo mínimo a declarar - 25%	(a) <u>29.679</u>	<u>34.019</u>
(-) Juros sobre capital próprio imputados aos dividendos	-	12.022
(-) Dividendos antecipados	-	24.012
(-) Dividendos propostos	<u>50.000</u>	<u>17.081</u>
Total dos dividendos distribuídos e a distribuir	(b) <u>50.000</u>	<u>53.115</u>
Dividendos pagos e a pagar em excesso ao mínimo	(b) - (a) 20.321	19.096

g) Ações em Tesouraria

A reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de maio de 2008 aprovou o plano de recompra de 600.000 ações da própria Companhia para manutenção em tesouraria e posterior alienação, sem redução de capital. O objetivo das operações autorizadas foi o de maximizar a geração de valor para os acionistas.

A Companhia possui um total de 1.824.500 ações em tesouraria adquiridas ao preço médio de R\$ 20,90: (i) para o plano de opções para executivos, (ii) através da realização das opções de venda e (iii) através do programa de recompra. Considerando que as ações fossem vendidas ao preço de 31 de dezembro de 2009, o efeito no patrimônio seria de R\$ 2.609, conforme abaixo:

<u>Ações</u>	<u>Preço médio de aquisição pela Companhia</u>	<u>Preço das ações em 31/12/09</u>	<u>Custo x Cotação de Mercado</u>
1.824.500	20,90	22,33	2.609

h) Contratação de opção de venda de ações

A reunião do Conselho de Administração, realizada em 28 de maio de 2008, aprovou o plano para contratação de opção de venda de ações da própria Companhia para manutenção em tesouraria e posterior alienação, sem redução de capital. O objetivo das operações autorizadas foi o de maximizar a geração de valor para os acionistas.

Os contratos de opção de venda de ações venceram em 17 de novembro de 2008 como segue:

<u>Código</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Emissão</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Strike</u>	<u>Prêmio</u>
POSIW1	160.000	29/5/2008	17/11/2008	17,83	228
POSIW2	250.000	29/5/2008	17/11/2008	17,79	339
POSIW3	190.000	29/5/2008	17/11/2008	17,82	258

O prêmio recebido foi contabilizado, no momento de seu recebimento, em conta de reserva de capital denominada "Prêmio de Opção – Ações Próprias, e quando da liquidação da operação, compôs o custo de aquisição das ações, conforme a instrução CVM 390, de 08 de julho de 2003 e estão incluídas na quantidade total de ações em tesouraria, demonstrado no item g, acima. No exercício de 2009 não foram realizadas operações desta natureza.

21. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES



**FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS**

O montante pago até 31 de dezembro de 2009, como remuneração dos administradores, foi de R\$ 12.442 (R\$ 10.521 em 31 de dezembro de 2008). A Assembléia Geral Ordinária e extraordinária de 28 de abril de 2009 aprovou para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a remuneração dos administradores até o máximo de R\$ 12.500 (R\$ 14.500 no exercício de 2008).

22. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Receitas Financeiras				
Descontos Obtidos com Fornecedores	715	1.258	843	1.267
Rendimento Aplicação Financeira	222	18.862	222	18.862
AVP Clientes	20.640	59.656	20.640	59.656
Outras	1.753	1.505	1.753	1.505
	23.330	81.281	23.458	81.290
Despesas Financeiras				
Carta de Crédito	(1.486)	-	(1.534)	-
Juros sobre empréstimos	(1.543)	(870)	(1.543)	(871)
Despesas com Captação - Bancos	(10.725)	(5.741)	(10.725)	(5.741)
Despesas com Captação - FIDC	(1.293)	-	(1.293)	-
Despesa antecipação de recebíveis	(2.634)	(15.711)	(2.634)	(15.711)
AVP Fornecedores	(52.517)	(43.210)	(52.517)	(43.210)
Outros	(3.279)	(2.853)	(3.326)	(2.859)
	(73.477)	(68.385)	(73.572)	(68.392)
Total das Receitas e Despesas Financeiras	(50.147)	12.896	(50.114)	12.898
Varição Cambial				
Ganho na Cobertura Cambial (Nota 24)	3.576	29.338	3.576	29.338
Perda na Cobertura Cambial (Nota 24)	(79.259)	(14.456)	(79.259)	(14.456)
Ganho na Varição Cambial	60.533	32.753	61.378	32.772
Perda na Varição Cambial	(28.999)	(79.094)	(29.294)	(79.332)
	(44.149)	(31.459)	(43.599)	(31.678)
Resultado Financeiro Líquido	(94.296)	(18.563)	(93.713)	(18.780)

23. SEGUROS – CONSOLIDADO (NÃO AUDITADO)

Em 31 de dezembro de 2009, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

**FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS**

<u>Ramo</u>	<u>Cobertura por eventos</u>	<u>Valor em risco</u>	<u>Vigência</u>
Riscos Nomeados e Operacionais	Incêndio, explosão, colisão veículos e riscos diversos	277.970	01/04/2009 a 01/04/2010
Riscos Nomeados e Operacionais	Roubo e furto de bens e estoques	215.620	01/04/2009 a 01/04/2010
Responsabilidade Civil	Responsabilidade Civil - diretores e administradores	12.000	30/09/2009 a 30/09/2010
Lucros Cessantes	Vendas de computadores e prestação de serviços	2.000.000	01/10/2009 a 01/10/2010

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A política de derivativos da Companhia tem como objetivo proteger seus compromissos assumidos em dólar de oscilações nos preços futuros, de forma a proporcionar maior previsibilidade em sua operação. A Administração não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação, excluindo qualquer intenção em alavancar seus recursos financeiros. Em 2007, a Companhia passou a praticar operações de opção de compra de dólar e, a partir de 2008, passou a praticar também operações de NDF (Non Deliverable Forward), as quais possuem a finalidade de proteção para as oscilações das taxas de câmbio, cobrindo assim, apenas a exposição cambial pelo prazo de pagamento concedido por fornecedores na compra de componentes importados.

Adicionalmente, a partir de 2009, a Companhia passou a adotar a contratação parcial de hedge cambial em conformidade com os fluxos de caixa projetados para licitações do governo, de acordo com o cronograma estimado de entrega formalizado entre as partes. O objetivo de tal contratação é a proteção nas variações futuras dos preços das compras dos ativos que irão compor a configuração dos equipamentos contratados pelos editais de tais licitações.

Adequação dos controles internos e parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos:

A partir da análise do saldo em Contas a Pagar referente às importações, sejam relativos ao material já em estoque, ou do material em trânsito, os contratos derivativos são semanalmente revisados e/ou incrementados.

O montante e tipo de modalidade (opção de compra ou NDF) a serem contratados são definidos à luz das particularidades de cada uma delas em relação à volatilidade do dólar e perspectivas futuras da economia.

Com base na análise de sensibilidade da volatilidade do dólar versus as modalidades de hedge contratadas ao longo dos meses, é possível mensurar as possíveis necessidades de caixa para fazer frente aos resultados das operações de NDF.

Conforme as condições estabelecidas na Instrução CVM 235/95, as operações que envolvem instrumentos financeiros ativos e passivos, conforme abaixo, estão registradas contabilmente pelos valores compatíveis com as atuais taxas de mercado para as operações de prazos e riscos similares e estão apresentadas conforme orientações contidas na deliberação CVM 550/08.

Em 31 de dezembro de 2009 a Companhia possui opções de compra de dólar como segue:



Data da Contratação	Data de vencimento	Contra Parte	Valor lastreado USD mil	Cotação Alvo	Taxa spot	Prêmio (R\$) mil
18/dez/09	12/jan/10	BBRASIL	3.000	1,90	1,78	17
18/dez/09	14/jan/10	BBRASIL	3.000	1,90	1,78	23
18/dez/09	19/jan/10	HSBC	3.000	1,90	1,78	28
18/dez/09	22/jan/10	HSBC	3.000	1,90	1,78	34
18/dez/09	29/jan/10	HSBC	3.000	1,90	1,78	42
18/dez/09	25/jan/10	BBRASIL	3.000	1,90	1,78	34
18/dez/09	27/jan/10	BRADESCO	3.000	1,90	1,78	36
Total			21.000			213

Em 31 de dezembro de 2008, o valor lastreado, em operações de opções, era de USD 37.480 mil e o prêmio era de R\$ 5.122.

Em 31 de dezembro de 2009 a Companhia possui operações de NDF (Non Deliverable Forward) de compra de dólar como segue:

Data da Contratação	Data de vencimento	ContraParte	Valor lastreado USD mil	Cotação Alvo	Taxa em 31/12/2009	Resultado Líquido a (Receber)/Pagar (R\$) Mil
29/set/09	4/jan/10	HSBC	20.000	1,8223	1,7412	1.622
18/nov/09	4/jan/10	CITIBANK	1.000	1,7206	1,7412	(21)
11/nov/09	4/jan/10	SANTANDER	1.500	1,7242	1,7412	(26)
2/dez/09	4/jan/10	SANTANDER	2.000	1,7325	1,7412	(17)
3/dez/09	4/jan/10	BBRASIL	2.000	1,7185	1,7412	(45)
9/nov/09	5/jan/10	DEUTSCHE	2.000	1,7259	1,7412	(31)
11/nov/09	5/jan/10	SANTANDER	1.000	1,7301	1,7412	(11)
3/dez/09	5/jan/10	BBRASIL	1.000	1,7190	1,7412	(22)
11/nov/09	6/jan/10	CITIBANK	1.000	1,7305	1,7412	(11)
30/dez/09	6/jan/10	BRADESCO	1.500	1,7429	1,7412	3
11/nov/09	7/jan/10	CITIBANK	1.000	1,7307	1,7412	(11)
10/nov/09	8/jan/10	CITIBANK	1.000	1,7366	1,7412	(5)
18/nov/09	8/jan/10	SANTANDER	1.000	1,7227	1,7412	(19)
9/nov/09	11/jan/10	CITIBANK	1.000	1,7277	1,7412	(14)
18/nov/09	11/jan/10	CITIBANK	2.000	1,7232	1,7412	(36)
30/dez/09	11/jan/10	BRADESCO	700	1,7443	1,7412	2
11/nov/09	12/jan/10	CITIBANK	1.500	1,7271	1,7412	(21)
10/nov/09	13/jan/10	CITIBANK	1.000	1,7381	1,7412	(3)
3/dez/09	13/jan/10	BBRASIL	2.000	1,7220	1,7412	(38)
18/nov/09	14/jan/10	SANTANDER	1.000	1,7249	1,7412	(16)
11/nov/09	14/jan/10	CITIBANK	1.000	1,7283	1,7412	(13)
11/nov/09	15/jan/10	CITIBANK	1.000	1,7343	1,7412	(7)
1/dez/09	15/jan/10	DEUTSCHE	10.000	1,7389	1,7412	(23)
3/dez/09	15/jan/10	BBRASIL	1.000	1,7230	1,7412	(18)
11/nov/09	18/jan/10	SANTANDER	1.000	1,7302	1,7412	(11)
30/dez/09	18/jan/10	BRADESCO	1.200	1,7474	1,7412	7

Data da Contratação	Data de vencimento	ContraParte	Valor lastreado USD mil	Cotação Alvo	Taxa em 31/12/2009	Resultado Líquido a (Receber)/Pagar (R\$) Mil
18/nov/09	19/jan/10	SANTANDER	1.000	1,7262	1,7412	(15)
10/nov/09	20/jan/10	SANTANDER	1.000	1,7400	1,7412	(1)
11/nov/09	20/jan/10	CITIBANK	2.000	1,7304	1,7412	(22)
18/nov/09	21/jan/10	CITIBANK	1.000	1,7275	1,7412	(14)
3/dez/09	22/jan/10	BBRASIL	1.000	1,7250	1,7412	(16)
30/dez/09	22/jan/10	BRADESCO	1.600	1,7489	1,7412	12
18/nov/09	25/jan/10	DEUTSCHE	1.000	1,7288	1,7412	(12)
18/nov/09	26/jan/10	DEUTSCHE	2.000	1,7293	1,7412	(24)
11/nov/09	26/jan/10	SANTANDER	1.500	1,7326	1,7412	(13)
30/dez/09	26/jan/10	BRADESCO	900	1,7500	1,7412	8
11/nov/09	28/jan/10	CITIBANK	1.500	1,7335	1,7412	(12)
3/dez/09	1/fev/10	SANTANDER	1.000	1,7272	1,7412	(14)
6/nov/09	2/fev/10	DEUTSCHE	10.000	1,7507	1,7412	95
29/dez/09	2/fev/10	BBRASIL	2.000	1,7442	1,7412	6
30/dez/09	2/fev/10	BRADESCO	1.500	1,7521	1,7412	16
29/dez/09	5/fev/10	BBRASIL	1.000	1,7457	1,7412	5
29/dez/09	8/fev/10	BRADESCO	1.000	1,7466	1,7412	5
30/dez/09	8/fev/10	BRADESCO	500	1,7548	1,7412	7
3/dez/09	9/fev/10	BRADESCO	3.000	1,7302	1,7412	(33)
29/dez/09	12/fev/10	BBRASIL	1.000	1,7490	1,7412	8
3/dez/09	17/fev/10	BBRASIL	1.000	1,7318	1,7412	(9)
30/dez/09	17/fev/10	BRADESCO	500	1,7575	1,7412	8
30/dez/09	19/fev/10	CITIBANK	1.300	1,7590	1,7412	23
29/dez/09	22/fev/10	BBRASIL	1.500	1,7557	1,7412	22
29/dez/09	25/fev/10	BBRASIL	1.500	1,7573	1,7412	24
30/dez/09	25/fev/10	BRADESCO	600	1,7608	1,7412	12
3/dez/09	1/mar/10	CITIBANK	1.500	1,7361	1,7412	(8)
6/nov/09	2/mar/10	CITIBANK	10.000	1,7554	1,7412	7
30/dez/09	3/mar/10	CITIBANK	2.000	1,7630	1,7412	44
3/dez/09	8/mar/10	BBRASIL	500	1,7371	1,7412	(2)
30/dez/09	9/mar/10	CITIBANK	1.000	1,7651	1,7412	24
3/dez/09	10/mar/10	BRADESCO	1.000	1,7380	1,7412	(3)
3/dez/09	15/mar/10	SANTANDER	2.000	1,7394	1,7412	(4)
Total			120.300			1.341

Em 31 de dezembro de 2008, o valor lastreado, em operações de NDF's, era de USD 29.900 mil e o resultado líquido a pagar era de R\$ 1.529.

O resultado líquido a pagar foi registrado no resultado financeiro, a crédito do saldo de fornecedores, tendo em vista o vínculo do instrumento com este saldo.

Os contratos de opções e NDF de compra foram firmados com bancos de primeira linha, sem opção de negociação até a data de vencimento.

Tais contratos também não exigem margens de garantia.

A exposição cambial da Companhia em 31 de dezembro de 2009 com compras internalizadas e compras em trânsito era de USD 146.496 mil cobertos parcialmente pelos instrumentos financeiros anteriormente indicados. Adicionalmente, para suportar os fluxos de caixa projetados para licitações do governo que somam exposição cambial estimada de USD 98.000 mil, a Companhia contratou cobertura parcial com contratos de opções e NDFs. O total de cobertura cambial totaliza USD 141.300 mil, restando uma exposição cambial líquida estimada de USD 103.196 mil.

Até 31 de dezembro de 2009 a Companhia obteve os seguintes ganhos e perdas nas suas operações com instrumentos financeiros:



Instrumento	Consolidado					
	31/12/2009			31/12/2008		
	Ganho	Perda	Líquido	Ganho	Perda	Líquido
NDF	3.576	(75.176)	(71.600)	3.532	(7.702)	(4.170)
Opções	-	(4.083)	(4.083)	25.806	(6.754)	19.052
Total	3.576	(79.259)	(75.683)	29.338	(14.456)	14.882

Os resultados apresentados na tabela acima estão registrados no resultado financeiro, conforme apresentado na nota nº 22.

A tabela a seguir demonstra a análise de sensibilidade da Administração da Companhia referente ao efeito estimado de caixa gerado nas operações de proteção cambial em aberto em 31 de dezembro de 2009:

Análise de sensibilidade - Ganho/(Perda)								
Operação	Taxas	Valor	Provável		Possível (Baixa)		Remoto (Alta)	
			(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	
Cenário			(Bacen)	-25%	-50%	25%	50%	
Taxa dólar (cenário)			1,7500	1,3125	0,8750	2,1875	2,6250	
Efeito Caixa								
Compras:	(Fechamento)							
Compras internalizadas	1,7412	80.170	(706)	34.369	69.443	(35.780)	(70.854)	
Compras em trânsito	1,7412	66.326	(584)	28.434	57.452	(29.602)	(58.619)	
Projetos de governo (estimado)	1,7412	98.000	(862)	42.013	84.888	(43.737)	(86.612)	
Compras totais estimadas (exterior)	1,7412	244.496	(2.152)	104.815	211.782	(109.119)	(216.086)	
Cobertura cambial:	(Contratada)							
Non Deliverable Forward - NDF	1,7389	120.300	1.336	(51.295)	(103.927)	53.967	106.598	
Opções de Compra	1,9000	21.000	-	-	-	6.038	15.225	
Cobertura total		141.300	1.336	(51.295)	(103.927)	60.005	121.823	
Exposição líquida estimada (C/compras em Trânsito)		103.196						
Resultado líquido estimado (C/compras em Trânsito)			(816)	53.520	107.856	(49.114)	(94.262)	
Exposição líquida estimada (S/compras em Trânsito)		36.870						
Resultado líquido estimado (S/compras em Trânsito)			(232)	25.086	50.404	(19.512)	(35.643)	
Efeito apropriado ao resultado até 31 de Dezembro de 2009 (NDF + opções)			(1.689)	(1.689)	(1.689)	(1.689)	(1.689)	
Resultado estimado da operação menos o efeito apropriado até 31/12/2009 (C/compras em Trânsito e Projetos de governo)			873	55.209	109.545	(47.425)	(92.573)	
Resultado estimado da operação menos o efeito apropriado até 31/12/2009 (s/compras em Trânsito e projetos de governo)			1.457	26.775	52.093	(17.823)	(33.954)	

- O cenário provável reflete as cotações do BACEN – Banco central do Brasil, em 31 de dezembro de 2009.
- O cenário possível de baixa é representado pela valorização do Real em relação ao Dólar de 25%.
- O cenário remoto de baixa é representado pela valorização do Real em relação ao Dólar de 50%.
- O cenário possível de alta é representado pela desvalorização do Real em relação ao Dólar em 25%.
- O cenário remoto de alta é representado pela desvalorização do Real em relação ao Dólar em 50%.

As compras totais são compostas de compras já internalizadas e de compras em trânsito. A Administração entende que as compras em trânsito no momento da internalização podem produzir resultado diferente do apresentado.

**FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS**

Vale ressaltar que os resultados apresentados no quadro de análise de sensibilidade acima refletem os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira para o dia 31 de dezembro de 2009. O dinamismo do mercado faz com que essa posição se altere continuamente e não obrigatoriamente reflita a posição atual. Em caso de sinais de deterioração de determinada posição, ações proativas são tomadas para minimização de possíveis impactos negativos visando maximizar a relação risco retorno para a Companhia.

25. PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

a) Opção de Compra de Ações da Companhia para diretores e gerentes conforme a descrição dos planos abaixo:

Plano I								R\$ Mil		
Lote	Qtd. Opções	Preço Exercício	Data Exercício	Preço em 31/12/2009	Data Outorga	Preço Opção	Vlr Total Opção	2007	2008	2009
1	121.026	11/12/2006	2009	26,43	6/9/2007	3,265	500	121	379	-
2	120.982	Média Dez.2008	2010	6,42	6/9/2007	10,0614	1.455	32	100	1.323
3	120.982	Média Dez.2009	2011	20,16	6/9/2007	13,8141	1.904	31	98	1.267

Plano II								R\$ Mil		
Lote	Qtd. Opções	Preço Exercício	Data Exercício	Preço em 31/12/2009	Data Outorga	Preço Opção	Vlr Total Opção	2007	2008	2009
1	25.012	Média Dez.2008	2010	7,16	28/8/2008	1,3257	36	-	12	25
2	24.994	Média Dez.2009	2011	21,1	28/8/2008	2,5195	67	-	9	31
3	24.994	Média Dez.2010	2012	n/d	28/8/2008	3,5323	92	-	8	31

	2007	2008	2009
Despesa Total Apropriada	184	606	2.677

A Assembléia Geral Extraordinária realizada em 03 de novembro de 2006 aprovou o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia para diretores, gerentes e prestadores de serviços selecionados, designados pelo Conselho de Administração.

A Companhia concedeu plano de opções para alguns funcionários. O plano I aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de agosto de 2007 totalizava originalmente 459.500 opções e é dividido em três lotes. Em 31 de dezembro de 2009 atualizado com o desligamento de alguns beneficiários o total de opções é 362.990.

A Companhia utiliza para os cálculos projetados de efeito do exercício das opções o custo médio total das ações adquiridas em tesouraria, com base na Instrução CVM nº 10 de 1980, que dispõe sobre o valor de alienação ou cancelamento das ações em tesouraria

O preço de exercício do primeiro lote de 121.036 opções foi definido em R\$ 23,50, corrigido pelo índice IGPM, a partir de 11 de dezembro de 2006 até a data de exercício e reduzindo os proventos pagos a partir da data de assinatura do contrato até a data do exercício. O período de exercício deste primeiro lote foi de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2009, o qual foi encerrado sem nenhum exercício de opção. A Companhia adquiriu as 121.036 ações para este lote a um preço médio de R\$ 20,90.

O preço de exercício do segundo lote de 120.982 opções foi definido em R\$ 7,50, corrigido pelo índice IGPM, a partir de 31 de dezembro de 2008 até a data de exercício e reduzindo os proventos pagos a partir da data de assinatura do contrato até a data do exercício. O segundo lote poderá ser exercido no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2010. A Companhia adquiriu 120.982 ações para este a um preço médio de R\$ 20,90. Considerando que as opções fossem exercidas em 31 de dezembro de 2009, o efeito no patrimônio seria de R\$ 1.752, conforme abaixo:



Plano/Lote	Ações por lote	Custo Médio das Ações em Tesouraria	Preço de exercício em 31/12/2009	Efeito no Patrimônio Líquido da Companhia por lote referente ao custo de aquisição
Plano I/2º Lote	120.982	20,90	6,42	1.752

O preço de exercício do terceiro lote de 120.982 opções foi definido em R\$ 21,10, corrigido pelo índice IGPM, a partir de 31 de dezembro de 2009 até a data de exercício e reduzindo os proventos pagos a partir da data de assinatura do contrato até a data do exercício. O terceiro lote poderá ser exercido no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2011. A Companhia adquiriu as 120.982 ações para este lote a um preço médio de R\$ 20,90. Considerando que as opções fossem exercidas em 31 de dezembro de 2009, o efeito no patrimônio seria de R\$ 90, conforme abaixo:

Plano/Lote	Ações por lote	Custo Médio das Ações em Tesouraria	Preço de exercício em 31/12/2009	Efeito no Patrimônio Líquido da Companhia por lote referente ao custo de aquisição
Plano I/3º Lote	120.982	20,90	20,16	90

O plano II aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de agosto de 2008 totalizava originalmente 89.000 opções e é dividido em três lotes. Em 31 de dezembro de 2009 atualizado com o desligamento de alguns beneficiários o total de opções é 75.000.

O preço de exercício do primeiro lote de 25.012 opções foi definido em R\$ 7,50, corrigido pelo IGPM, a partir de 31 de dezembro de 2008 até a data de exercício e reduzindo os proventos pagos a partir da data de assinatura do contrato até a data de exercício. Este primeiro lote poderá ser exercido no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2010. A Companhia adquiriu as 25.012 ações para este lote a um preço médio de R\$ 20,90. Considerando que as opções fossem exercidas em 31 de dezembro de 2009, o efeito no patrimônio seria de R\$ 344, conforme abaixo:

Plano/Lote	Ações por lote	Custo Médio das Ações em Tesouraria	Preço de exercício em 31/12/2009	Efeito no Patrimônio Líquido da Companhia por lote referente ao custo de aquisição
Plano II/1º Lote	25.012	20,90	7,16	344

O preço de exercício do segundo lote de 24.994 opções foi definido em R\$ 21,10, corrigido pelo IGPM, a partir de 31 de dezembro de 2009 até a data de exercício e reduzindo os proventos pagos a partir da data de assinatura do contrato até a data de exercício. O segundo lote poderá ser exercido no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2011. A Companhia adquiriu 24.994 ações para este lote a um preço médio de R\$ 20,90.

Considerando que as opções fossem exercidas em 31 de dezembro de 2009, o efeito no patrimônio seria zero, conforme abaixo:



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

Plano/Lote	Ações por lote	Custo Médio das Ações em Tesouraria	Preço de exercício em 31/12/2009	Efeito no Patrimônio Líquido da Companhia por lote referente ao custo de aquisição
Plano II/2º Lote	24.994	20,90	21,10	(5)

O preço de exercício do terceiro lote de 24.994 opções será definido através da média de preço da ação da Companhia no mercado no mês de dezembro de 2010, corrigido pelo IGPM até a data de exercício e reduzindo os proventos pagos a partir da data de assinatura do contrato até a data de exercício. O terceiro lote poderá ser exercido no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2012. A Companhia adquiriu as 24.994 ações para este lote a um preço médio de R\$ 20,90.

Pelo fato da Companhia ter adquirido ações para fazer frente às opções eventualmente exercidas, não haverá diluição de participação dos acionistas.

26. NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS EDITADOS EM 2009 E QUE ENTRARÃO EM VIGOR A PARTIR DE 2010

Com o advento da Lei nº 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS), novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos em consonância com os padrões internacionais de contabilidade pelo CPC.

**FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS**

Até 31 de dezembro de 2009, diversos pronunciamentos técnicos haviam sido emitidos pelo CPC para aplicação mandatória a partir de 2010. Os CPCs que possivelmente serão aplicáveis à Companhia, principalmente no caso da ocorrência da transação ou do assunto tratado pelos pronunciamentos, são:

Código	Título
CPC 15	Combinação de Negócios
CPC 16	Estoques
CPC 18	Investimento em Coligada
CPC 20	Custos de Empréstimos
CPC 21	Demonstração Intermediária
CPC 22	Informações por Segmento
CPC 23	Políticas contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro
CPC 24	Evento Subsequente
CPC 25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
CPC 26	Apresentação das Demonstrações Contábeis
CPC 27	Ativo Imobilizado
CPC 30	Receitas
CPC 32	Tributos sobre o Lucro
CPC 33	Benefícios a Empregados
CPC 35	Demonstrações Separadas ³⁶ - Demonstrações Consolidadas
CPC 37	Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRSs)
CPC 38	Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração
CPC 39	Instrumentos Financeiros: Apresentação
CPC 40	Instrumentos Financeiros: Evidenciação
CPC 43	Adoção inicial dos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 40
OCPC 03	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação
ICPC 03	Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil
ICPC 04	Alcance do Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações
ICPC 05	Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações – Transações de Ações do Grupo e em Tesouraria
ICPC 08	Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos
ICPC 09	Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial
ICPC 10	Esclarecimentos sobre os pronunciamentos técnicos CPC 27, 28, 37 e 43

A Administração da Companhia está analisando os impactos das alterações introduzidas por esses novos pronunciamentos. No caso de ajustes decorrentes de adoção das novas práticas contábeis a partir de 1º de janeiro de 2010, a Companhia deverá avaliar a necessidade de remensurar os efeitos que seriam produzidos em suas demonstrações financeiras de 2009, para fins de comparação, caso esses novos procedimentos já estivessem em vigor desde o início do exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

27. EVENTO SUBSEQUENTE

Em fevereiro de 2010, a Companhia firmou contrato para obtenção de linhas especiais de financiamento junto ao BNDES, no montante de até R\$ 147.000, os quais serão direcionados para atividades inovadoras. Os valores serão liberados em tranches, conforme programação específica do BNDES e do andamento dos projetos.

28. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Conselho de Administração da Companhia aprovou, em reunião realizada em 09 de março de 2010, estas demonstrações financeiras.
